

ELISETE ANTONIUK

**A PERDA DA AUTORIDADE DO PROFESSOR E AS VIOLÊNCIAS NA SALA DE  
AULA – POSSÍVEIS DELINEAMENTOS EM HANNAH ARENDT**

CURITIBA

2011



ELISETE ANTONIUK

**A PERDA DA AUTORIDADE DO PROFESSOR E AS VIOLÊNCIAS NA SALA DE  
AULA – POSSÍVEIS DELINEAMENTOS EM HANNAH ARENDT**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-  
Graduação em Filosofia da Educação – Ética,  
Política e Educação, Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn

CURITIBA

2011



## TERMO DE APROVAÇÃO

ELISETE ANTONIUK

### A PERDA DA AUTORIDADE DO PROFESSOR E AS VIOLÊNCIAS NA SALA DE AULA – POSSÍVEIS DELINEAMENTOS EM HANNAH ARENDT

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do grau de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação – Ética, Política e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn  
Departamento de Filosofia, UFPr

Prof. Dr. Gelson Tesser  
Departamento de Filosofia, UFPr

Prof. Dr. Dêlcio Junkes  
Departamento de Fundamentos da Educação, UFPr

Curitiba, Nov. 2011.



*Mas você diz – quero ensinar aos outros.  
Não é sua função ensinar, mas chorar.*

em Didascálicon – Hugo de São Vitor.

Mas:

*Não vos conformeis com este século, mas  
apresentai-vos pela renovação da vossa  
mente, para que experimenteis qual seja a  
boa, agradável e perfeita vontade de Deus.*

Bíblia – Carta aos Romanos 12:2.





## **RESUMO**

O texto pretende abordar a crise da autoridade do professor. A questão que se propõe é fazer uma análise da perda da autoridade do professor e sua relação com a geração de violências no espaço da escola, mais especificamente em sala de aula. Pretende-se fazer uma investigação em torno da obra de Hannah Arendt para buscar possíveis delineamentos dentro do âmbito da fenomenologia, ou seja, a intenção não é apresentar a filosofia como solução ao problema apresentado, e sim, que ela seja um meio para a compreensão e reflexão, bem como de conexão entre os diversos aspectos que envolvem as violências como fenômeno social.

Palavras-chave: Autoridade do professor. Violência em sala de aula. Hannah Arendt. Fenomenologia.

## **ABSTRACT**

The text aims to address the crisis of teacher's authority. The proposed question is to make an analysis of the loss of teacher's authority and its relation to the generation of violence within the school, more specifically in the classroom. The focuses is a research around the work of Hannah Arendt to fetch possible contours within the framework of Phenomenology, that is, the intention is not to present the philosophy as a solution to the problem presented, but one way for understanding and reflection, as well as connection between the various aspects that involve and composes the violence as a social phenomenon.

Keywords: Teacher's authority. Violence in classroom. Hannah Arendt. Phenomenology.

## **ZUSAMMENFASSUNG**

Hauptpunkt dieser Arbeit ist die Krise der Autorität des Lehrers. Die Fragestellung ist eine Analyse des Verlusts der Autorität des Lehrers und dessen Zusammenhang zur Entstehung von Gewalten im Schulraum, insbesondere im Klassenzimmer. Die Vorhabe ist eine Untersuchung anhand des Werks von Hannah Arendt, um gewisse Umrissen im Bereich der Phänomenologie zu finden, d. h, man hat nicht die Absicht, die Philosophie als Lösung des Problems darzustellen, sondern sie als ein Mittel zum Verständnis und Nachdenken, sowie als Verbindung zwischen den verschiedenen Aspekten um die Gewalt als soziales Phänomen zu verstehen.

Stichworten: Autorität des Lehrers. Gewalt im Klassenzimmer. Hannah Arendt. Phänomenologie.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 A AUTORIDADE DO PROFESSOR.....</b>	<b>16</b>
1.1 PARÂMETROS LEGAIS DA AUTORIDADE DO PROFESSOR.....	24
<b>2 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA SALA DE AULA E SUAS MANIFESTAÇÕES.....</b>	<b>27</b>
<b>3 EDUCAR COMO AGIR POLÍTICO – REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA SALA DE AULA – POSSÍVEIS DELINEAMENTOS FILOSÓFICOS.....</b>	<b>40</b>
3.1 A CRISE NA EDUCAÇÃO E A CONDIÇÃO HUMANA.....	40
3.2 SOBRE A VIOLÊNCIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO.....	45
3.3 CONEXÕES E POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS.....	48
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>58</b>



## INTRODUÇÃO

A questão que se propõe é fazer uma análise da perda da autoridade do professor e sua relação com a geração de violências no espaço da escola, mais especificamente em sala de aula. Pretende-se fazer uma investigação em torno da obra de Hannah Arendt precipuamente para buscar possíveis delineamentos, ou seja, a intenção não é apresentar a filosofia como solução ao problema apresentado, e sim, entendê-la como um meio para a compreensão e reflexão, bem como de conexão entre os diversos aspectos que envolvem e compõe as violências como fenômeno social.

Coloco aqui violências no plural e em seu sentido amplo, que deve englobar desde a violência simbólica, também a silenciosa, disfarçada na desatenção, desinteresse, alienação dos alunos, que poderia ser caracterizada como indisciplina, e não raro, a própria alienação ou descaso do professor<sup>1</sup>, a violência entre alunos (*bullying*<sup>2</sup>, atualmente também o *cyberbullying*), como também atos de indisciplina evidentes, perceptíveis ou visíveis pelo professor, que podem eventualmente escalonar para atos infracionais, cuja solução requer instâncias para além da sala de aula, ou para além da escola.

O tema é premente e afeta a vida cotidiana de alunos e professores, muitas vezes envolvendo outros agentes para além dessa esfera, por isso a busca por explicações desse fenômeno. Diariamente os professores reclamam das dificuldades de ensinar, e que os alunos não aprendem. Considerando as mazelas de nosso ensino, numa política federal que privilegia o ensino superior em detrimento do ensino básico em relação à destinação de verbas, em que se tem uma evidente inversão de prioridades<sup>3</sup>, também se deve pensar se há um questionamento real em torno da autoridade do professor, bem entendida aqui não

---

<sup>1</sup> Uma das doenças características da profissão de professor é a síndrome de *Burnout*, em que um dos seus estágios é marcado pela indiferença, desesperança, exaustão. Vide [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADndrome\\_de\\_Burnout](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADndrome_de_Burnout), acesso em 14/04/2011.

<sup>2</sup> Fenômeno atual muito comum e evidenciado nas escolas, que acarreta danos mentais e muitas vezes enseja tragédias, como a recentemente ocorrida na escola Tasso da Silveira no Rio, com o massacre de 12 alunos que foram alvejados a queima roupa por um ex-aluno evidentemente perturbado e psiquicamente doente. Aponta-se como uma das causas o bullying sofrido pelo aluno nessa escola.

<sup>3</sup> Estudo feito por Fernando Veloso, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que o foco do governo federal tem sido subsidiar as universidades. Em 2006, o Brasil investiu R\$ 11.820 para cada universitário e apenas R\$1.773 para cada aluno em fase escolar. Tendo em conta o PIB per capita, isso corresponde a 92,6% para o aluno universitário e 15% para cada aluno de escola, uma discrepância sendo que o Brasil dedica 4,3% do PIB à educação, o que equivale a países como Japão e Coreia do Sul, exemplos internacionais na área. Revista Época,

como autoritarismo, e sim, respaldada no conhecimento e domínio que o professor possui, e que pressupõe competências e habilidades. E também na definição apontada por Rios (1997): em que a autoridade do professor consiste em saber, querer, dever e poder. Mas acrescido a isso também no crédito e na confiança que são depositados no profissional da educação pelo governo, pela escola e pela sociedade como um todo.

E por que essa análise a partir da filosofia? A partir do momento em que se coloca um problema se está diante de uma indagação filosófica, sendo assim, a violência quebra os discursos que estavam prontos, arranjados, arrumados: instaura um questionamento profundo daquilo que era considerado como “nossa normalidade” (SCHILLING, 2004, p. 31). Entende-se que há um papel delineador da filosofia da educação nessa discussão, e que esta, por meio da comunicação e de um processo dialético, pode proporcionar o entendimento e uma aproximação às questões de vida. A presente pesquisa tem por objetivo buscar analisar, de maneira crítica, de que forma a filosofia, mais aprofundadamente nas reflexões de Hannah Arendt, pode contribuir para novos conhecimentos, idéias e valores que norteiam uma discussão sobre a questão da violência em sala de aula, que se mostra crescente e ocorre de forma cotidiana.

Na busca dessas questões e de suas respostas, a filosofia que se coloca não deve ser mero reflexo da razão ou tradição, mas entendida como uma filosofia da educação que permite refletir o ser, sua busca por liberdade e emancipação, e nesse sentido pragmático, ela deve se distanciar de uma pedagogia que tende a silenciar as vozes e experiências dos estudantes (DEWEY, 2001, 195), ou mesmo subestimar o que o aluno traz consigo para a escola nas suas experiências já feitas (FREIRE, 2004, p. 64). Nessa reflexão, também se deve ter em vista não somente a formação e atuação dos professores para dirimir questões de violência, mas também sua postura diante dos alunos.

Nesse sentido, não se deve prescindir também de uma breve contextualização jurídica do tema, nos princípios preconizados pela Constituição Federal, que estão espelhados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, referidos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em que se coloca expressamente que a paz é o fim último, e mais recentemente, no Projeto de Lei

723/11 que tramita na Câmara e que pretende tipificar a questão da agressão contra professores, dirigentes educacionais, orientadores e agentes administrativos de escolas, ou seja, há um sistema normativo nacional e internacional que norteia os direitos da criança e do adolescente como parte dos direitos humanos, em que um dos escopos é proteger os cidadãos e colocá-los a salvo de toda forma de violência.

Mas há que se considerar que esta questão vai muito além de documentos normativos. A presente pesquisa pretende, sob a luz da filosofia da educação, estender o pensamento em torno das questões da violência em sala de aula, abalizar e acentuar a importância da filosofia como fonte de reflexão no entendimento sobre a questão. Não se pretende colocar a alcunha de que a filosofia seria utilitarista e poderia realmente dirimir conflitos de violência, mas sim que ela oferece instrumentos de compreensão para ampliar o pensamento sobre a conduta ética entre os sujeitos envolvidos.

Parece-nos pertinente colocar um questionamento em torno da perda de autoridade do professor e de sua relação com a violência em sala de aula precipuamente, como âmbito de convivência diária e de certa forma não voluntária entre seus atores, de tentativa de controle e exercício de poder, pois é este espaço interior, de certo modo separado do espaço exterior, que aproxima as pessoas e permite a estruturação do saber, por conseguinte, é também espaço social e comunitário.

Portanto, o trabalho está pautado na busca de definições do que seja a autoridade do professor, do porquê esta estaria em crise, e investido na tentativa de se aproximar de uma definição do que seja violência no espaço de sala de aula. A partir desses conceitos pretende-se fazer, então, uma investigação e reflexão com base nos pensamentos da filósofa Hannah Arendt, bem como uma possível conexão com os pensamentos de Rios sobre a constituição da autoridade do professor, pautada no saber, querer, dever e poder.

Em torno da questão da perda de autoridade e da violência em sala de aula pretende-se analisar os seguintes pontos: em que se pauta a autoridade do professor (capítulo 1); definição da violência em sala de aula e suas manifestações (capítulo 2), onde se exemplifica sua incidência a partir de estudo de casos; e o educar como agir político – reflexões para a compreensão do fenômeno violência no espaço da sala de aula e possíveis delineamentos filosóficos (capítulo 3), no qual também se insere a fundamentação teórica.

## 1 A AUTORIDADE DO PROFESSOR

A origem da palavra autoridade está na palavra “autor”, que significa “criador” ou “originador”. Vem do latim “auctoritas”<sup>4</sup>: “o poder do criador para comandar ou tomar decisões”. O dicionário<sup>5</sup> define como: “o poder de executar a lei, exigir obediência, comandar, determinar ou julgar, poder legítimo, direito de mandar: a autoridade das leis, de um pai, de um chefe”. Também significa: “aquele que foi investido de poder”. A palavra pode se aplicar tanto a uma forma de governo quanto a um indivíduo. Se não houvesse autoridade se entende que haveria anarquia, tumulto, caos, cada um querendo impor sua própria vontade para que os demais obedecam. No sentido bíblico, as Escrituras apontam para a autoridade nos conselheiros: “Por falta de direção cai um povo; onde há muitos conselheiros, ali haverá salvação.” (Provérbios 11,14; 24,6) e que toda autoridade devidamente justa vem de Deus, o “Autor da Vida”: Atos 3,15, bem como: “Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus. Assim, aquele que resiste à autoridade se opõe à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem, atraem sobre si a condenação.” (Romanos 13,1-2). Como veremos adiante, esse conceito de autoridade posta e indiscutível não fica muito longe do que Hannah Arendt propõe, que não sendo esta em seu sentido absoluto, não se tem autoridade, mas algo diferente.

Entende-se que a autoridade do professor é fator inerente à relação de ensino e aprendizagem. A autoridade devidamente reconhecida deve estar respaldada em alguns elementos, entre eles no aspecto cognitivo, da razão, ou seja, no conhecimento consciente que o professor adquiriu em sua área específica e na sua capacidade pedagógica e metodológica, portanto, de transmitir esse conhecimento aos alunos. Entende-se que esse conhecimento é em parte adquirido ao longo da formação acadêmica do professor, mas também deve ser buscado ao longo da formação continuada e na sua relação com os alunos, visto que o professor não deve se colocar como o centro do aprendizado, mas numa posição periférica, e também de constante aprendiz, daí a expressão ensino-aprendizagem e não somente ensino, entendido isso como uma via de mão dupla. Mas não se quer dizer

---

<sup>4</sup> Em <http://christiancn.blogspot.com/2011/06/quem-tem-autoridade-e-quem-nao-tem.html>, acesso em 11.08.11.

<sup>5</sup> Em <http://www.dicio.com.br/autoridade/>, acesso em 11.08.11.



que esta seja uma relação igualitária entre pares, porque o professor deve estar sempre um passo à frente em relação ao aluno na busca do conhecimento e na sua aquisição.

Mas a falta de identidade de professor, correlata ao sujeito criado nos sistemas de produção dos últimos anos, em que se dissociou o conhecimento da ação, criou a figura o professor 'sobrante' (KUENZER, 1999, p. 163). Nesse entendimento, para que se tivesse o professor 'industrializado' era suficiente que ele tivesse alguma escolaridade, curso de treinamento profissional e muita experiência, que combinavam o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e condutas com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da ocupação.

Compreender os movimentos e passos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los em uma determinada seqüência demandava uma pedagogia que objetivasse a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados. (KUENZER, 1999, p. 168).

Bastava alguma eloquência, material didático e prática para que o professor desse conta de sua tarefa de meramente 'passar conhecimento', com o que conseguia manter o respeito e a disciplina, que por conseguinte gerava a atenção e apreensão do conhecimento<sup>6</sup>. Na seqüência houve o surgimento de uma nova pedagogia, também orientada pelos meios de produção, e os procedimentos rígidos passaram a ser substituídos pelos flexíveis, o que passou a exigir o "desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente" (KUENZER, 1999, p. 169). Com isso quer-se dizer que aos poucos o professor foi evoluindo para um ser pensante, que devia deixar de ser o autômato de outras épocas. Com certeza muito se exige hoje do professor pelo pouco de contrapartida e também baixa remuneração, o que justificaria a carreira

---

<sup>6</sup> Não me esqueço da minha época de escola no ensino básico, chamado ginásio, em que uma professora de história sentava à sua mesa, esticava os pés à frente e apenas lia o livro didático, leitura que acompanhávamos com afinho sem interromper. Numa dessas leituras ela leu Manhattan, juntando o 'nh' e produzindo o som ñ, o que me causou certo arrepio e uma ponta de comiseração em relação à docente, que não sabia pronunciar corretamente uma palavra já por nós conhecida.

não ser atrativa e o grande corpo da docência ser composto mais por mulheres do que por homens pelo menos na rede pública estadual. Isso não porque as mulheres seriam talvez menos ambiciosas, mas talvez porque a profissão ainda possibilite que a mulher conjugue suas atividades domésticas e responsabilidades familiares com a atividade profissional, podendo optar pela jornada de vinte horas, ganhar pouco e ter outros afazeres, ou mesmo dar aula em instituições privadas além da escola pública. A mulher se emancipou, mas continua tendo as mesmas responsabilidades em relação à família, ou estas são ainda maiores, pense-se na família monoparental<sup>7</sup>.

Nesse sentido se impõe um estudo para analisar a docência no ensino fundamental e médio para avaliar se é uma atividade de dedicação exclusiva por parte dos professores. De toda forma hoje se exige do professor uma compreensão de mundo, ou seja, que ele tenha diferentes formas de interpretação e leitura da realidade, podendo assim fazer as mudanças e adaptações pedagógicas necessárias ao seu fazer, podendo assim intervir na realidade.

Para Libâneo (1994, p. 47), o trabalho docente é uma atividade fundamentalmente social, porque contribui não somente para a formação científica, mas também cultural, e deve ser entendido como atividade pedagógica do professor com a busca dos seguintes objetivos: o domínio dos conhecimentos, o desenvolvimento das capacidades e habilidades intelectuais em busca da autonomia e independência de pensamento e formação da personalidade, entendida esta como a educação no sentido do caráter, da vontade e dos sentimentos (IDEM, p. 71). Ou seja, a atuação do professor vai muito mais além do que ensinar, pois este é, de certa forma, responsável e intermediador da formação de caráter e molde de atitudes. Ele não deixa de ser, bem ou mal, exemplo para os alunos. Vê-se que é imensa a expectativa e responsabilidade depositada no professor.

O que se questiona é até que ponto a perda da autoridade do professor, apontada por Hannah Arendt, e se vemos a atitude do professor como ato político com tomada de decisões, em que sentido esse ambiente político de sala de aula – em que há relações de poder que não se baseiam apenas no binômio comando-

---

<sup>7</sup> De 1998 a 2008, a proporção de casais sem filhos cresceu, passando de 13,3% para 16,7%, acompanhando a queda da fecundidade. Nesse mesmo período, cresceu a proporção das mulheres que se declarou pessoa de referência do domicílio, mesmo com a presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%). Do mesmo modo, subiu de 4,8% para 11,8% a porcentagem de mães de 18 a 24 anos que são pessoa de referência.

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1476&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1), acesso em 08.10.2011.

obediência, mas na linguagem, no diálogo, na troca e em negociações – é fato gerador da violência como a conhecemos e a identificamos.

Para Rousseau na sua obra ‘Emílio’ (1999, p. 134), uma das primeiras preocupações das crianças é descobrir o ponto fraco dos que a educam. Nas palavras do filósofo, essa inclinação conduz à maldade, mas não provém dela, e sim, de uma necessidade de escapar de uma autoridade que as importuna. Elas procuram livrar-se do jugo que lhes é imposto, e os defeitos que encontram no professor fornecem-lhes bons meios para tanto. Assim elas adquirem o hábito de observar as pessoas por seus defeitos e se divertem ao descobri-los. Mas Rousseau confia no professor. Entende que ele possui as luzes necessárias para exercer seu ofício, que conhece a marcha natural do coração humano estudando o homem e o indivíduo, que sabe direcionar a vontade do aluno para os objetos que lhe serão mostrados.

Segundo Arendt (1957<sup>8</sup>), a autoridade do professor se funda ‘no seu papel de responsável pelo mundo’, assim como os pais também o são, por serem representantes do mundo adulto no mundo, no qual a criança vai ser inserida, muitas vezes desde sua mais tenra idade. Essa responsabilidade pelo mundo toma a forma da autoridade, que não se confunde com as competências do professor. A autoridade não pode existir sem certa competência, mas só a competência em si não funda a autoridade. Esta também não está embasada no poder de dominação calcado na prerrogativa de reprovar os alunos: no poder da caneta. Opondo-se a Arendt, que não crê na autoridade sob coerção ou persuasão, Rios aponta que o que deve predominar na prática do educador é o consenso e a persuasão não no sentido de uma mera concordância do que está posto, mas no questionamento, na problematização da coerência entre discurso e prática (RIOS, 1993, p. 66).

Competência do professor consiste, para Arendt, em conhecer o mundo e em ser capaz de transmitir esse conhecimento aos outros. Antes autoridade ‘estava’ unida à responsabilidade que se assumia pelo curso das coisas no mundo. Mas aos poucos essa responsabilidade veio sendo negada, tanto no ambiente público como privado, por aqueles que deveriam realmente assumi-la. Arendt afirma que ‘as crianças não podem recusar a autoridade dos educadores’. Entendendo assim, a

---

<sup>8</sup> O texto de Arendt tomado especialmente como base é ‘A crise na Educação’.

autoridade é um valor inerente à educação e é representada e exercida pelo professor.

Não se quer aqui responsabilizar o professor por toda a geração de violência em sala de aula, mas a partir do momento que o professor abandona a autoridade que lhe é inerente, há uma perda do controle da situação e o descontrole escalam para atitudes de violência em sala. Existe uma atitude de permissividade, pois assim como os pais se conformam com a violência dos filhos e a aceitam como um mal necessário, pois permitem que estes ‘afiem suas garras’ (LEBRUN, 2008, p. 314) e possam se defender do mundo, nota-se que os professores vão aos poucos desistindo da educação, colocada antes como um ideal a ser alcançado; vão abandonando os alunos à sua própria sorte e deixam que estes decidam por si os seus caminhos segundo sua auto-determinação, numa atitude no sentido de que: se não posso com eles, uno-me a eles ou não, todos meio sem destino. O que se questiona nesse ponto é se realmente a escola deixou de ser parâmetro ou referência, assim como a família o deixou de ser, para a presente geração.

É quando a escola e a família já não teriam igual referência que tiveram para outras gerações de jovens, além de que há diversidades quanto a construções dessas referências em grupos em uma mesma geração. (ABRAMOVAY, 2002, p. 24)

Por outro lado, segundo Arendt a autoridade pode ser investida em pessoas ou em postos hierárquicos. Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. A autoridade do professor está simplesmente posta, então se espera que os alunos a aceitem sem questionar outros elementos que a compõem. Mas o professor, esse representante do velho mundo, vem abrindo mão dessa autoridade e remetendo a nova geração ao abandono, ‘ao seu destino’ (LEBRUN, 2008, p. 310). Razão pela qual há que se revisitar a questão da autoridade. Se antes ela era ocupada e transmitida pela tradição, no sentido de entender autoridade como comando e obediência, hoje ela está em crise, porque a sociedade está em constante mutação. Não damos conta de todos os recursos tecnológicos que podem ser utilizados em sala, muito menos podemos abarcar todos os recursos e influências a que os alunos estão expostos fora da sala de aula, que eles buscam de forma aleatória e sem critérios. Verdade é que o espaço escolar está obsoleto.

Insistimos em viver no velho mundo que não dá conta das novidades ou mesmo do conhecimento, e que não é mais atrativo. O que permanece desse mundo antigo são as relações humanas, por vezes precárias, nesse espaço relativamente rompido pelo mundo moderno.

Com relação à escola brasileira, há ainda o fator histórico em que o papel do professor se confunde com a antiga idéia de ensino de elite, do professor como preceptor da educação orientada pela família, e não um profissional autossuficiente<sup>9</sup>, conhecedor de seus saberes. A fonte mais legítima de sua autoridade enquanto professor, segundo Arendt, é o conhecimento. Mas esse conhecimento vem sendo relegado, ou seja, a formação dos professores na sua própria disciplina vem sendo negligenciada. Parece que o professor não tem mais necessidade de conhecer sua disciplina (letiva). Muitas vezes o professor sabe pouco mais do que os alunos. Na aplicação de novas tecnologias, vê-se que o professor sabe até menos do que os alunos no uso, por exemplo, de Internet e mundo virtual. Isso revela certa falta de competência, o que, segundo Arendt, também seria uma causa do autoritarismo, ou seja, o professor que queira abster-se de toda forma de autoritarismo, o professor não autoritário, deixa de existir.

O autoritarismo é uso abusivo de poder e surge quando a escola e, por sua vez, o professor, nega toda e qualquer capacidade de discernimento e singularidade intelectuais aos alunos, se arvorando, assim o direito de arbitrar indiscriminadamente sobre cada uma de suas condutas (TAILLE, 1999, p. 9). Além disso, a instituição como um todo deixa de questionar suas pretensões e métodos<sup>10</sup>, ou seja, não há uma reflexão sobre o próprio ensinar. Isso terá conseqüências para além do espaço escola em um núcleo menor, ou seja, especificamente em sala de aula, em que a relação professor/aluno se adensa e se aprofunda. Por outro lado, o mesmo autor afirma que a escola não pode negar que essa relação é assimétrica, que o professor é por excelência aquele que sabe (ou pelo menos que deve saber), e o aluno aquele que precisa desse conhecimento. Há aqui necessariamente uma

<sup>9</sup> Citado em <http://revistaescola.abril.uol.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/repetencia-erro-se-repete-cada-ano-567983.shtml>, acesso em 11.08.11.

<sup>10</sup> Em recente pesquisa nas escolas, vê-se que a mídia tem tido certo papel na busca de soluções do problema da violência na escola, e que a questão de colocação de valores como através do programa 'Turma de Valor' pode estimular a reflexão sobre o respeito entre os alunos e em relação à escola, <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1592237-7823-ESCOLAS+DE+ARAUCARIA+ESTAO+LIDANDO+COM+A+VIOLENCIA+DE+UM+JEITO+MODERNO+E+DIFERENTE,00.html>, e <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1591153-7823-ESCOLA+EM+AREA+VIOLENTA+EXIGE+ACOES+ESPECIFICAS+DE+SEGURANCA,00.html>, acesso em 11.08.11.

hierarquia, mas que não se contradiz com as conquistas da autonomia: respeito mútuo, liberdade e igualdade. Essa relação professor/aluno que pressupõe, a princípio, autoridade de um lado e obediência de outro, é provisória e deve, necessariamente, levar à autonomia das partes. E a escola, como ambiente, não é tanto lugar de exercício da autonomia, mas sim, de sua *conquista* (TAILLE, 1999, p. 13, grifo do autor).

Muitas vezes, qualquer exigência que o professor faça aos alunos é entendida como autoritarismo, e não provém da autoridade legitimada que está posta simplesmente por esse profissional estar numa instituição de ensino e investido de um cargo de educador. Parece que se perdeu o condão de entender que ir à escola é um direito, mas, sobretudo, um dever legalmente respaldado, e que isso implica não somente em aprender, mas em seguir outras regras como horário, calendário e a ementa de uma gama de matérias mínimas e necessárias à aquisição do conhecimento. A autoridade do professor também deveria estar posta porque é delegada pelos pais, pela sociedade enfim, para que o professor a exerça sobre seus filhos. Para Arendt, o educador é em relação ao jovem o representante de um mundo pelo qual ele deve assumir a responsabilidade. A responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade, o que a autora distingue de mera qualificação (ARENDT, 2009, p. 239). A qualificação do professor é conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, já a autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume pelo mundo, como representante de todos os adultos, mesmo que esse mundo não esteja perto do ideal que ele imagina.

Para delinear o que realmente envolve a compreensão da competência do educador/professor, devemos articular os conceitos de *saber, querer, dever e poder*, para que possam ser acionados os mecanismos de transformação “no rumo da escola e da sociedade que é necessário construir” (RIOS, 1997, p. 57). A mesma autora afirma que esses elementos devem ser conjugados, de forma que o saber e a vontade de nada valem sem a explicitação do dever e a presença do poder. Apresentamos a seguir esses conceitos, procurando estabelecer, na medida do possível, uma ponte com os pensamentos de Arendt.

- Saber implica não somente o conhecimento adquirido pelo professor em constante formação, mas também a adquirir no contado especial com outro. O que Arendt apresenta como qualificação do professor, que consiste em conhecer o mundo e instruir os outros acerca dele.

- Querer é a vontade determinadora à realização de certos fins educativos, mas também de delineamento de mundo.
- Dever é a consciência que o professor tem de si e dos outros seres ao seu redor, à medida que assume as responsabilidades que lhe são inerentes e faz com que os alunos também assumam a sua parcela de responsabilidade na aquisição de conhecimento, mas também no desenvolvimento como indivíduos. Nessa questão repousa a autoridade do professor para Arendt, na responsabilidade que ele assume por este mundo, o mundo dos adultos no qual a criança vai sendo paulatinamente inserida. Em um pólo se encontra a responsabilidade de dar ordens, no outro a responsabilidade de obedecê-las.
- Poder é a não manipulação, o não castigo pelo erro, mas construído a partir do diálogo entre duas instâncias hierarquicamente desniveladas, que buscam, porém, menos a persuasão, e sim, o consenso de que há um interesse em ensinar, de um lado, e o interesse em aprender, do outro. Vê-se que esses conceitos estão interligados e que não dizem respeito a um só pólo, do professor como centralizador de todas as ações. É sempre na relação educador/educando em que as ações irão se realizar. Na educação há um pacto em que as partes devem ceder e transigir, nas palavras de Lebrun, ‘a renúncia ou subtração do gozo’ para que se possa ter um espaço mínimo de convivência. Segundo Kant, ‘o homem é a única criatura que deve ser educada’ (KANT, 1803, p. 3), daí a tarefa da educação de humanizar a criança. Kant também coloca que “a educação é o maior e mais árduo problema que pode ser proposto aos homens”<sup>11</sup>. Adiante tentaremos nos aproximar mais do conceito de poder, especialmente tratado por Arendt, em que a filósofa expõe que o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido, ou seja, a violência somente impera quando se perde o poder.

---

<sup>11</sup> Em <http://www.espacoacademico.com.br/046/46csantos.htm>, acesso: 27.06.2010.

## 1.1 PARÂMETROS LEGAIS DA AUTORIDADE DO PROFESSOR

Imprescindível aqui elencar certos aspectos legais em torno do sujeito ‘professor’, no sentido do que lhe é imposto e exigido. Ponto de partida para uma reflexão sobre o direito à educação e a atuação dos envolvidos é o art. 205 e seguintes da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a educação, nos seguintes termos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#); VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#); Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#).

Considera-se a educação um *direito subjetivo público*. Nesse sentido tem o Estado o dever, a obrigação jurídica de oferecer e manter o ensino público obrigatório e gratuito. Essas são as exigências mínimas em matéria de educação, e na sua falta, o cidadão pode recorrer ao judiciário para o seu cumprimento (MALISKA, 2001, p. 154).

Em relação aos pressupostos constitucionais da educação, antes elencados, a questão principal nesse item envolve os aspectos legais da atuação do professor para que possamos ter uma melhor dimensão da responsabilidade que lhe envolve como pessoa condutora da formação de crianças e jovens, em geral menores de idade.

A partir da Carta Magna, que preconiza a valorização dos profissionais da educação, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96, onde são apresentados como critérios para formação do educador:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Quanto às exigências que emitem os critérios de atuação na educação básica, a referida Lei reza que “a formação de docentes para atuar na educação



básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (Art. 62)<sup>12</sup>.

Tendo em vista o tema aqui abordado, sobre a violência, em caso de qualquer violência praticada entre aqueles e contra os alunos propriamente sob sua égide, o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata da obrigatoriedade de comunicação à autoridade competente no caso de conhecimento de maus tratos perpetrados contra crianças e adolescentes. Aqueles que não o fizerem incorrerão na pena prevista no art. 245.

Quanto ao contexto em que está inserido o artigo 13 no *Estatuto*, Rossato, Léopore E Cunha (GOMES) comentam:

Vale ressaltar que apesar de alocado em meio a dispositivos que versam sobre o direito à saúde e obrigações dos professores dessa área, o dever de comunicação de maus tratos também se estende a outros profissionais, a exemplo de professores, responsáveis por estabelecimentos de ensino, dentre outros, conforme explicita a redação do art. 245 do ECA, que considera infração administrativa o descumprimento dessa determinação legal.

Mesmo porque, em se tratando de responsáveis por escolas de ensino fundamental – etapa de ensino onde, conforme pesquisa da PLAN BRASIL, se verificou a maior incidência de *bullying* – a lei foi específica ao tratar do assunto: "Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; [...]."

Fica evidente que a legislação exige bastante do professor. O ECA tem por função proteger os menores de idade, sendo assim também os alunos, visto o entendimento de que estes precisam de proteção especial em relação aos adultos e ao seu mundo. Mas o que se dizer quando há agressão ao professor? Seria o caso de uma legislação especial que deve prevenir essa agressão, em geral de alunos contra professores? Na Câmara dos Deputados já foram rejeitados projetos de lei prevendo a criminalização de atos de violência contra o educador, mas novamente há um recente projeto (723/2011) que estabelece medidas punitivas para quem cometer violência física ou moral contra os profissionais da educação. O projeto, que é de autoria do ex-deputado e hoje senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), prevê também a criação do Programa Nacional de Prevenção à Violência contra

---

<sup>12</sup> Kant, nos seus escritos, traz a importância da formação dos formadores, tanto pais quanto mestres. Eles devem receber uma educação de qualidade para que possam cumprir a tarefa educacional. Caso essa tarefa seja realizada por pessoas despreparadas, a educação poderá levar à degradação dos avanços já conquistados. Em <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp38art11.pdf>, acesso em 08.10.2011.

Educadores (PNAVE). O programa tem como meta dar um fim à impunidade nas escolas e estimular a reflexão acerca da violência física e/ou moral cometida contra os educadores. Mais uma vez se tem aqui a intenção de depositar todas as esperanças na lei, pois com a aprovação do projeto, a expectativa seria a de que os altos índices de violência - constatados nos últimos anos nas escolas do país - possam diminuir ou até acabar. A pena prevista para os agressores é de detenção de um a quatro anos, nos casos de agressão física, e detenção de três a nove meses ou multa, nos casos de agressão moral. Caso o agressor seja menor de 16 anos, serão aplicadas penas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). A proposta altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), equiparando o professor de escola pública ou particular a agentes públicos, logo tipifica o crime como desacato ao funcionário público. “A ideia é iniciar com uma punição mais leve aos agressores, como a advertência ou a troca de escola para que o aluno possa se adequar. Caso ele mantenha o comportamento violento, sofrerá as penalidades da Lei. Por isso, precisamos elaborar uma Lei específica para esses casos, já que ainda não existe. Os nossos profissionais de educação necessitam de mais segurança, para que trabalhem mais tranquilos”<sup>13</sup>. De acordo com uma pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo em 2006, entre os 684 professores entrevistados, 82,2% afirmaram ter sofrido alguma forma de violência física e/ou psicológica no exercício do magistério.

Uma vez apontadas as questões que envolvem a autoridade do professor, sua crise de competência e sua defasagem de conhecimento como possível geradora da violência no espaço escolar, o que se deve a diversos fatores apontados por Rios, mas principalmente porque o professor se esquivava em assumir a responsabilidade pelo mundo que ele representa, e que deve apresentar aos alunos (Arendt), buscamos a seguir apresentar definições das diversas formas de violência, suas manifestações, em que também contamos com pesquisas de campo realizadas por Domingues.

---

<sup>13</sup> Em [http://www.psbncamara.org.br/not\\_det.asp?id=1423](http://www.psbncamara.org.br/not_det.asp?id=1423), acesso em 04/07/2011.

## 2 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA SALA DE AULA E SUAS MANIFESTAÇÕES

Nesse item, um primeiro ponto é fazer uma reflexão sobre o que se entende pelo espaço 'escola'. É uma instituição de ensino, mas também de acolhimento dos sujeitos sociais, ou seja, sujeitos que desenvolvem certa função social em comunidade, tanto agentes educacionais como alunos. E como esses sujeitos devem entender esse espaço 'escola'? Os pais o vêem como local onde possam confiar seus filhos a outras pessoas de forma segura, e que, além disso, farão aquisição de conhecimento. Mas como os demais agentes entendem esse espaço? Para que serve a escola? Os alunos a vêem como espaço de convívio social, de ensino e aprendizagem, mas também de controle e avaliação, onde se tem uma hierarquia de sujeitos. E os educadores, enfim, como ambiente profissional onde se deve cumprir conteúdo, normas e onde há relativa subordinação. Mas para além disso, como deve ser entendida a escola? Arendt coloca que a criança é introduzida pela primeira vez ao mundo através da escola (ARENDT, 2009, p. 238). A escola é, portanto, a instituição interposta entre o domínio do mundo privado do lar e o mundo, para que se possa fazer a transição da família para o mundo. Nesse sentido se entende que os pais devem participar do espaço-escola ao lado dos filhos.

Em uma das pesquisas realizadas por Domingues (2002), nota-se que a participação dos pais na escola “não condiz com os pressupostos de uma gestão democrática. Os pais são chamados para contribuir com festas referentes a comemorações internas que visam arrecadar fundos, mutirões de limpeza, reformas e para buscar o boletim, sem que isso signifique uma possibilidade de reflexão acerca da violência na escola. A ausência da participação dos pais ou responsáveis nas discussões sobre o referido problema resulta em indiferença, desconhecimento da amplitude e agravamento do mesmo, na medida em que não há um trabalho conjunto efetivo da escola com as famílias e comunidade a fim de prevenir a violência na escola”. Também aponta Domingues<sup>14</sup> que o espaço escolar vem se tornando um espaço de vozes ausentes, uma vez que os pais ou responsáveis desconhecem o significado e funções das instâncias que os representam, essenciais para o exercício da democracia na escola.

---

<sup>14</sup> Em: Violências nas escolas, vozes ausentes: a perspectiva de pais ou responsáveis de escolas públicas, resumo em pdf do projeto disponibilizado pela autora.

Tendo em conta a questão do espaço 'sala de aula', faz-se necessária a definição mais precisa de violência como objeto de estudo antes de um aprofundamento que levará à melhor compreensão do fenômeno. Se consideramos a violência como um desvalor, em contraposição ao valor<sup>15</sup> (REALE, 1994, p.125), e em oposição ao valor ensinar/educar, estamos admitindo que esses dois valores se contrapõem num jogo de forças em que um irá sucumbir por força da imposição do outro. Nesse contrapeso, ou jogo desigual, pois se pode entender a própria função do ensino como uma violência sutil em que há dois pólos: alguém que sabe e alguém que não sabe (RICOEUR, 1993, p, 73), em que o comportamento ético do professor está em jogo ou à beira de ser subjugado por um valor não compactuado pela sociedade, a reflexão filosófica pode ser um caminho revelador nessa questão, cuja discussão se impõe cada vez mais nos dias atuais.

Numa busca virtual podemos encontrar as diversas definições dadas à violência em sentido amplo. Temos uma definição sucinta no dic. Aurélio, em que a violência pode ser o constrangimento físico ou moral; uso da força; coação. Violência é qualquer comportamento ou conjunto de comportamentos que visem causar dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violentia* (que por sua vez deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente<sup>16</sup>. Esses termos se confundem e veremos adiante que Arendt procura separá-los criteriosamente. Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Mas os especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido. Para todos os

---

<sup>15</sup> Seguindo os dizeres de MIGUEL REALE, a norma “*é a forma que o jurista usa para expressar o que deve ou não deve ser feito para a realização de um valor ou impedir a ocorrência de um desvalor*”.

<sup>16</sup> Definição em: [pt.wikipedia.org/wiki/Violência](http://pt.wikipedia.org/wiki/Violência), acesso em 26.06.2010.

efeitos, a violência se manifesta de várias maneiras, como na guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas toda ação que perturba ou viola as regras de convívio na sociedade. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Também o tráfico de drogas, talvez a ramificação mais visível do crime organizado, acentua esse quadro, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias<sup>17</sup>.

Em um questionamento aos pais e responsáveis, pesquisa de campo feita por Domingues<sup>18</sup> (2002), vê-se pelo resultado certo senso comum que associa a violência ao uso da força física, à agressão verbal e muitas vezes à própria criminalidade. A associação da violência com a criminalidade também surgiu nas pesquisas realizadas com jovens por Minayo (1999) e Abramovay (2002). Assim se reporta ao emprego da força física exercida contra o semelhante ou semelhantes, mas também “a possibilidade ou ameaça de usá-la”. (VELHO, 2000, p. 11). Os depoimentos também se referem à questão da discriminação, não somente em

<sup>17</sup> Em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070614133558AA0L8HG>, acesso 26.06.2010.

<sup>18</sup> “Todos os tipos de agressões físicas e verbais”. (Feminino, 34 anos, Primeiro Grau Incompleto).  
 “É agressão de forma física ou verbal a uma pessoa”. (Feminino, 47 anos, Primeiro Grau Incompleto).  
 “Matar, roubar, espancar”. (Feminino, 67 anos, não indicou o grau de escolaridade).

Nas concepções de alguns pais ou responsáveis também houve ênfase na criminalidade e destaca-se a questão do estupro, da violência sexual, como é possível observar nas conceituações apresentadas abaixo:

“Matar, roubar, estuprar, etc. Para mim violência é isso”. (Feminino, 68 anos, Não frequentou a escola).

“Violência é espancar a família, estupro, assassinato”. (Feminino, 43 anos, Primeiro Grau Incompleto).

“Violência é matar, agredir, estuprar, matar as pessoas que não tem nada a ver com isso”. (Feminino, 36 anos, Primeiro Grau Incompleto).

relação aos alunos, mas também à escola, por se localizarem em regiões consideradas perigosas, o que é agravado pelo descaso das autoridades<sup>19</sup>.

Nota-se que em relação à discriminação racial e religiosa, as escolas não têm levado em conta a pluralidade cultural da comunidade escolar. Baibich (2002) observa que a ausência de pluralidade na educação e a prática da negação do preconceito na escola levam à sua manutenção no “tecido social”. Essa ausência de abordagem do problema, apesar das evidências quotidianas de que o Brasil não é um país livre de preconceitos, se afirma ao se tratar a situação como se ela não representasse um problema. Sendo assim, a escola que é um espaço privilegiado de transmissão da cultura tem feito “vistas grossas” para o problema do preconceito, na medida em que nega sua existência. Desse modo, uma vez que não se admite a existência do fenômeno, também não se buscam formas de combatê-lo.

Também se apontou a crença na relação direta entre o mundo das drogas e a violência. Evidencia-se aqui, ainda, o fato de que as drogas são emparelhadas com a violência contra crianças e mulheres<sup>20</sup>. A violência também foi associada aos problemas sociais, políticos ou econômicos<sup>21</sup>. Houve também os que denunciaram que a violência pode estar relacionada à falta de controle ou ausência dos pais na educação dos seus filhos<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> “É agressão física, verbal, discriminação racial e religiosa”. (Masculino, 37 anos, Segundo Grau Incompleto).

“Discriminação na escola, falta de polícia nas escolas, falta mais atenção pelas pessoas que fazem parte da educação, nas escolas mais distantes do centro da capital”. (Masculino, 49 anos, Primeiro Grau Incompleto).

<sup>20</sup> “Droga, tortura contra criança e mulheres”. (Feminino, 42 anos, Não frequentou a escola).

“Droga, violência contra criança”. (Masculino, 46 anos, Não frequentou a escola).

“Violência e drogas nas escolas, vandalismo, bagunça e muitas outras coisas”. (Masculino, 41 anos, Primeiro Grau Incompleto).

<sup>21</sup> “É a última coisa que poderia ocorrer num país, desde que esse país, não tivesse tanto desemprego e tanta diferença social”. (Masculino, 45 anos, Curso Superior Completo.).

“A violência é algo que acontece quando faltam as necessidades básicas a cada pessoa e daí ela começa a roubar, matar, se drogar, ofender, bater nos filhos e nos pais, quase a maioria de tudo isso é falta de dinheiro, de empregos e de educação”. (Feminino, 33 anos, Segundo Grau Completo).

“Falta de segurança”. (Masculino, 30 anos, Curso Superior Completo).

<sup>22</sup> “É criar um filho e achar que ele já cresceu, mesmo sendo ainda criança e deixá-lo fazer o que quer sem ao menos acompanhar de perto algumas de suas atitudes”. (Feminino, 32 anos, Segundo Grau Completo).

“Falta de educação, quando os filhos são pequenos os pais fazem tudo o que eles querem, depois vem a adolescência e os pais perdem o controle dos filhos”. (Masculino, 45 anos, Primeiro Grau Incompleto).

“Criança na rua sem ir para a escola, passando fome, fumando droga. Criança que não tem pai e mãe, ou que tem os dois só que eles não dão atenção merecida e que não sabe dizer não na hora certa. Violência é surrar e não conversar. Descuidar dos filhos e não ficar de olho em tudo que eles fazem”. (Feminino, 43 anos, Segundo Grau Incompleto).

Vêm-se nos relatos que as violências são assim consideradas quando são visíveis no meio social. Em geral os entrevistados não elencaram a violência subjetiva, tácita ou latente, e sim, sua manifestação nas últimas conseqüências. Marilena Chauí (1999) contrapõe violência e ética:

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata os seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

Uma questão que se deve colocar é o reconhecimento da violência como tal, a distinção entre o ato violento e o seu correspondente registro. No espaço escola, muitas ações violentas não são registradas e às vezes nem são percebidas socialmente e conseqüentemente não são conhecidas (Domingues<sup>23</sup>). Para que as violências sejam conhecidas, há necessidade de se dar voz aos sujeitos para que estes se expressem sobre o tema. A violência deve ser entendida na perspectiva de quem a sofre, se criança ou idoso, e se esse tem capacidade de reação; também através do agressor e na sua capacidade de intimidação da vítima em determinado contexto ou espaço. Sendo assim:

O que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, da posição de quem fala (professores, diretores, alunos...), da idade e do sexo; sendo, portanto, uma conceituação *ad hoc* mais apropriada ao lugar, ao tempo e aos atores que a examinam. (ABRAMOVAY, 2002, p.95).

Em recente comunicação oral na Semana de Pedagogia<sup>24</sup> aproveitamos para coletar algumas opiniões dos colegas sobre o conceito de violência (ver APÊNDICE). Houve relatos de senso-comum, mas também uma abertura para novas visões, em que se abordou valores, família, espaço 'escola', envolvendo violência física ou verbal, também em relação à carreira de professor, questionando sua autoridade e conhecimento e em relação à violência simbólica.

Mais especificamente em sala de aula muitos podem ser os relatos, o que encorajaria uma pesquisa de campo com farto material, senão vejamos alguns exemplos sobre fatos ocorridos e relatados:

---

<sup>23</sup> Arquivo Word disponibilizado pela autora.

<sup>24</sup> XXIII SEPE e VI SEMANA DE PEDAGOGIA, realizada de 8 a 11 de junho de 2011 na UFPr. Depoimentos no APÊNDICE.

Em uma escola estadual de São Paulo, bairro do Butantã, uma professora dava aulas de gramática. Virou-se para a lousa e começou a escrever, deixando sua bolsa fechada sobre a mesa ao lado de cadernos. Voltou-se para os alunos, passou o olhar pela mesa e percebeu que sua bolsa estava aberta e revirada. Estranhou. Passou a mão dentro de sua bolsa e sentiu falta do celular. Olhou para a classe e pediu: “Quem pegou meu celular, por favor, me devolva”. Um aluno respondeu: “Você está acusando a gente de ter roubado seu celular?” Ela disse – “sim, eu estou vendo que vocês mexeram na minha bolsa, eu só quero meu celular de volta”. Ela ouviu depois: “Fique quieta sua &#\$%, senão vamos te pegar na saída”. Aqui se tem um fato que Arendt chamaria da forma extrema de poder, quando todos se voltam contra um.

Duas matérias publicadas na Folha de São Paulo, no dia 1º de maio de 2006<sup>25</sup>, falaram da violência e indisciplina em salas de aula. Numa das matérias com o título “Metade dos docentes já foi xingada por aluno”, traz uma pesquisa que mostra que 47% dos professores ou funcionários já foram agredidos verbalmente por alunos e que 51% dos estudantes consideram o clima na escola ruim, péssimo ou mais ou menos. Em São Paulo, muitos professores realmente sentem medo dos alunos. As relações professor/aluno estão cada vez mais agressivas.<sup>26</sup> Em sua tese de mestrado na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), a socióloga Ana Paula Corti, assessora da ONG Ação Educativa, analisou a violência de uma escola estadual da zona leste de São Paulo. Ela entrevistou 700 alunos do ensino básico. Uma das constatações foi que 42,5% das agressões relatadas (na maioria verbais e morais) ocorreram dentro da sala de aula.

Em uma escola onde lectionei, numa reunião com a diretora do Colégio Público, foi-nos apresentado o caso de um aluno reconhecidamente depressivo e que representava uma constante ameaça à comunidade escolar. As evidências apareciam nos seus desenhos em que alguns professores eram representados dentro de um caixão, em meio a um cemitério localizado no pátio atrás da escola. Em outro momento, ele desenhava a si mesmo em sala, sentado na primeira carteira com uma corda descendo do teto e fazendo um nó em seu pescoço. Os professores se sentiam constantemente ameaçados por uma violência latente, que poderia

---

<sup>25</sup> Integra da matéria em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18581.shtml>, acesso em 26.06.2010.

<sup>26</sup> Em <http://www.contosdaescola.net/conto-002-violencia-em-sala-de-aula/>, acesso 26.06.2010.



eclodir a qualquer momento. Seria isso uma real indicação de que algo terrível estava para ocorrer ou o fato podia ser entendido como mera vazão do forte poder de representação pictórica do aluno? A questão é que o aluno não se enquadrava no âmbito da turma, dos colegas, todos de menor estatura do que ele e de menor faixa etária. Havia um desencaixe e a situação melhorou quando ele foi transferido para o período noturno (EJA) com os jovens e adultos.

Em outra escola, uma professora mais idosa relatou sua dificuldade de voltar às salas de aula após a conclusão do PDE<sup>27</sup>. Após dois anos de pesquisa e estudos fora do ambiente escolar, ela não se adaptou mais à sala de aula devido às constantes agressões dos alunos, inclusive com lesão corporal. Aqui se evidencia a crise apontada por Arendt, entre o velho e o novo, o mundo antigo e o que há de vir, os adultos e as crianças. Há um mundo pré-existente, construído por vivos e mortos. O fato de a professora não poder permanecer mais em sala, revela o que Arendt afirma como 'autoridade de um grupo'. E mesmo sendo um grupo de crianças, ou de jovens, essa autoridade se revela mais forte e muito mais tirânica do que a de um único indivíduo, e sobrepuja a própria autoridade que o professor pensa possuir. Colocada individualmente, a criança tem poucas chances de se revoltar, ou de fazer qualquer coisa por sua própria iniciativa. A autoridade do professor é aqui suplantada pela autoridade do grupo, que chega às beiras da tirania. Fato é que o professor se encontra desarmado para coibir ou até mesmo suportar a violência. Muitas vezes o pedido ou exigência de que aluno faça alguma atividade relativa à matéria, o que é plenamente justificado dentro das competências de autoridade do professor, passa a ser entendido como coação do professor e a ser repudiado pelos alunos, e até mesmo como uma violência à sua autonomia de decidir sobre fazer ou deixar de fazer algo. E se o professor é obedecido apenas com o uso de recursos punitivos, sua autoridade está posta em questão (TAILLE, 1999, p. 14).

Por outro lado, o aluno tem direito à educação, e esse direito é fundamental e garantido constitucionalmente e nas leis ordinárias. A educação, para além do direito, também se revela como meio protetivo contra outros canais menos indicados

---

<sup>27</sup> Plano de Desenvolvimento Educacional, política pública que estabelece o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

Em: <http://www.pde.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>, acesso em 28.06.2010.

aos jovens. Há alguns meses teve ênfase na mídia<sup>28</sup> o desaparecimento de uma jovem que tinha feito contato virtual com um suposto aliciador de menores. Uma análise mais acurada do caso revelou que a jovem estava fora da escola, que já tinha reprovado na maioria das matérias e que chegou à conclusão que não fazia sentido continuar indo às aulas. Esse fato isolado revela um dado importante: apesar de todas as críticas ao espaço escolar, este continua sendo um espaço de proteção contra um mundo evidentemente perverso e aliciador. Porém, esse espaço também é entendido como punitivo, mas onde a punição deveria ser a exceção e não a regra.

Em relação à violência dentro da escola, em recente artigo sobre *bullying*, a revista Época aponta que um em cada dez estudantes brasileiros já perseguiu ou foi perseguido por colegas e que grande parte das agressões acontece dentro da sala de aula<sup>29</sup>. O que parece ter sido a causa do massacre da escola de Realengo, no Rio, mas que no fundo aponta para uma soma de fatores, inclusive a doença mental do homicida, revela que o *bullying* deve ser encarado com muito mais seriedade do que tem sido pelas escolas, pelos pais, alunos e governantes. O mesmo artigo diz que o atirador, sendo retraído, pouco sociável, era invisível para a escola, que não soube lidar com suas dificuldades. A questão é que não existe escola sem *bullying*, mas que estas tendem a considerar o fenômeno como ‘coisa normal de criança’. Em pesquisa o IBGE (2010) revelou que um em cada três estudantes brasileiros de 14 anos já sofreu algum tipo de agressão na escola. O fato de essas agressões ocorrerem no Brasil dentro da sala de aula revela certo descaso e omissão dos professores, e um despreparo em lidar com esse fenômeno. Como aponta o mesmo artigo, há a necessidade de programas de prevenção contínuos, e não somente atividades pontuais como mera palestra sobre o tema, que ocorre todo ano no curso de capacitação dos professores. Aponta-se que o programa mais bem sucedido de combate ao *bullying* é da Noruega, há vinte anos mantido pelo governo e que reduziu os casos pela metade.

A primeira chacina escolar ocorrida no Brasil, na escola Tasso da Silveira no Rio de Janeiro, em que foram alvo os alunos em sala de aula, aponta para a necessidade de reflexões a respeito desse espaço, da atitude dos professores e das

---

<sup>28</sup> Em <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/11/24/parana-jovem-que-conheceu-menina-de-13-anos-anos-pela-web-indiciado-923103682.asp>, acesso em 12.10.2011.

<sup>29</sup> Revista Época, 18 de abril de 2011, p. 62.

autoridades escolares. Mesmo as palavras de um doente mental talvez não devam ser simplesmente ignoradas<sup>30</sup>. Não é possível mais puxar o tapete sobre a atual situação e ficar inerte, pois a escola não consegue mais funcionar como ambiente de controle como há anos idos. Fato é que não se tem mais o controle que se pensava ter. Necessário se faz um pensar sobre esse ambiente de acolhimento social, considerado por alguns “como a segunda casa da criança, onde deve haver uma sensação de segurança”<sup>31</sup>, para além da questão do ensino e aprendizagem, bem como nas ações praticadas, tanto de alunos como de professores. A solução quanto ao espaço da escola, após o massacre, foi a sua ‘reinvenção’. As salas de aula onde ocorreu a chacina foram transformadas em ambiente de leitura e laboratório de ciências, com outros móveis e cores mais vivas na busca por um espaço agradável. A retomada das aulas foi planejada com atividades em grupo e brincadeiras orientadas. Pelo menos 50% dos alunos foram a favor do retorno às aulas e à normalidade, fato que revela ser a escola um espaço ainda essencial de uma vida normal para o aluno.

Ao mesmo tempo em que a escola não consegue evitar atos de violência, também não consegue prevenir que ocorram situações de risco aos alunos. Em geral há um controle nas portarias, algumas até apresentam catracas ou câmeras, a apresentação de carteiras de identificação, o uso de uniforme, mas há situações em que nada é suficiente e o que se tem são atos isolados que fogem a qualquer controle.<sup>32</sup> Mas questiona-se se a escola deve ser entendida como espaço público. É um espaço restringido àqueles que a ocupam em certos horários, mas não é espaço aberto a todos a qualquer hora. Como é um entremeio entre a família e o mundo, encontra-se no limbo entre o público e o privado. Ainda mais o espaço da sala de aula, onde ocorre o maior número de atos de violência em sentido amplo, é um espaço peculiar conferido a alunos e professores em determinado horário, dentro de um espaço maior da escola. Nesse espaço impera certo conservadorismo, como afirma Arendt (2009, p. 242), pois a intenção é abrigar e proteger os alunos do

---

<sup>30</sup> As palavras do homicida Wellington, que deixou uma série de manuscritos, e nesse prevendo o desfecho da chacina: “Que o ocorrido sirva de lição, principalmente às autoridades escolares para que descruzem os braços diante de situações em que os alunos são agredidos, humilhados, ridicularizados, desrespeitados. Escola, colégio e faculdade são lugares de ensino, aprendizado e respeito. Se tivessem descruzado os braços antes e feito algo sério no combate a esse tipo de práticas, provavelmente o que aconteceu não teria acontecido. Eu estaria vivo, todos os que matei estariam vivos.” Revista Época, 18 de abril de 2011, p. 54.

<sup>31</sup> Revista Época, 18/04/2011, p. 60.

<sup>32</sup> Jornal Nota 10, Ano 09, abril de 2011, nº 90, p. 8-9.

mundo em volta, e preservar o novo em detrimento do velho e antigo. É um espaço entre adultos e menores de idade, e para a filósofa ele não se insere no âmbito da política, que seria um espaço reservado a adultos e entre iguais. Apesar de a autora contestar o âmbito político do espaço de ensino, nesse ponto discordamos, pois entendemos que a sala de aula é um espaço de poder, muitas vezes de sua disputa, de ação política no sentido de tomada de decisões, portanto um espaço ambíguo, que deve proteger, mas onde ocorre a maioria das agressões.

Nesse sentido, para além do espaço físico que abriga os sujeitos sociais, a escola deve ser entendida como espaço político de ação, onde se conjugam forças e disputas de poder. A violência alberga elementos sutis, nesse sentido citamos exemplarmente uma situação ocorrida em uma turma numa escola pública onde leciono, constituída em sua maioria por adolescentes, mas também por adultos da comunidade, visto ser curso extracurricular, ou seja, os alunos estão ali porque querem, o que faz enorme diferença em relação às disciplinas da matriz curricular. Minha aula começa pontualmente às 8 horas da manhã e nesse horário já estou em sala. Dirigi-me à sala e vi os alunos sentados do lado de fora, pedi que entrassem embora pense que eles sabem o horário da aula e não necessitem de orientações sobre entrar em sala. Alguns alunos adolescentes ficaram lá uns 15 minutos após eu já ter começado a aula, numa espécie de afronta, de um jogo de forças revelado no simples fato de não entrarem em sala e não terem motivos aparentes para ficar do lado de fora. Comecei a aula com os que estavam presentes tentando não me importar com a atitude dos demais, mas ao entrarem não pude deixar de fazer uma colocação, meio irritada de que dessa forma eles provam que são realmente ‘aborrescentes’ e que eu teria que avisar os pais. Essa atitude deles foi para mim uma forma de violência à minha pessoa, à minha autoridade como professora, que entendo que não está posta e que deve ser conquistada a cada dia. Percebi que não adianta afrontá-los, porque eles respondem sem titubear. Pensei que a tática deve ser trazer algo que os interesse, que eles tomem a iniciativa de participar<sup>33</sup> e fazê-los perceber que estão perdendo conteúdo, conhecimento, mas também conquistá-los pela afetividade. Minha demonstração de irritação, apesar de reação bem humana, plausível e aceitável, não vai fazer com que eles abandonem essa atitude. A mudança de atitude só pode ser resultado de um longo processo no decorrer da

---

<sup>33</sup> Nesse caso específico, permitir que eles trouxessem e apresentassem algo de seu interesse, como vídeo de uma banda alemã heavy metal: *Obscurity*.

vida. Esse episódio será somente uma marca indelével, em mim e talvez neles. Não se pode garantir que um dia eles vão refletir sobre isso, mas o professor sempre está fadado a repensar nas suas reações e buscar o melhor caminho, que com certeza deve ser mansidão e temperança, os frutos do espírito, bem como o diálogo para se dar voz aos sujeitos envolvidos.

Para Foucault (2009), que compara a escola ao quartel, ao hospital e à oficina, a escola é um espaço de disciplina, de [...] “dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada” (FOUCAULT, 2009, p. 133), cujo fim principal é um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo, os ‘corpos dóceis’. Essa é uma mecânica de poder que também tem por fim adquirir o domínio sobre o corpo dos outros, para que operem como se quer, sendo eles corpos submissos e exercitados.

Mas parece consenso que essa visão deve ser suplantada em exercício dialético, pois após a superação do militarismo nas escolas durante a ditadura, ou da fase tecnicista dos anos 70 e 80 do século XX, em que o aluno era tratado apenas como um número, a escola é um espaço à parte, e se insere entre a vida pública e a vida privada. Sendo assim, a escola deve ser um espaço democrático de não opressão, e sim de formação para o mundo. Entretanto, muitas deformações do mundo se repetem na escola como albergue do ensino institucionalizado e massificador. Em recente reunião no Plenarinho da Assembléia Legislativa, em Curitiba, mais especificamente sobre a violência do *bullying*, mencionou-se que este é um tipo de violência aprendida pelo jovem na sociedade e reproduzida no ambiente escolar. "Parece-me que a juventude aprende no mundo amplo que o mais forte pode humilhar, pode tripudiar, pode constranger o mais fraco. E reproduzem esse comportamento na escola", avaliou a professora Janeslei Albuquerque, secretária da APP<sup>34</sup>.

O que se verifica socialmente é uma mudança de regime. Antes se sabia de onde vinha a autoridade, o controle sobre os alunos e o comando. Esses parâmetros

---

<sup>34</sup> Ao enxergar o contexto, defende a secretária da APP, é possível, então, contrapor a ideia de que este é um comportamento exclusivo da escola. "Ajuda a escola pensar que sociedade nós queremos. E como a escola pode contribuir para construir essa sociedade. Se desejamos uma sociedade democrática, temos que educar o cidadão no exercício da democracia, não para a democracia (...). Se a escola é hierarquizada, autoritária, abusa do poder, oprime, vai ter reação. Quanto mais a escola se democratiza, mais contribui para formar, para educar cidadãos democráticos. Isso não quer dizer que a escola vai resolver o autoritarismo na sociedade, mas dará uma importante contribuição", ponderou a professora, em <http://de.mg40.mail.yahoo.com/dc/launch?.gx=1&.rand=1d9p68fqfugb3> acesso em 04/06/2011.

parecem ter sido perdidos. A vida coletiva se desequilibrou, prevalece a autofundação e o individualismo (LEBRUN, 2008, p. 296), apesar de uma aparente autoridade do grupo. Mas o que se vê mais é a tirania de alguns e a passividade de outros em sala de aula. Numa violência como o *bullying*, vê-se que há um agente, uma vítima e um terceiro elemento, uma platéia passiva e inerte por trás, que atua como telespectadora, apontando para uma violência tácita.

Note-se que a escola como espaço ou ambiente também é considerada na cartilha lançada pelo *Conselho Nacional de Justiça* (GOMES), em que encontramos a seguinte orientação dada aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino nos casos de *bullying*:

A escola é corresponsável nos casos de bullying, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselhos Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Tais procedimentos evitam a impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade infantojuvenil.<sup>[37]</sup>

Para o combate ao bullying especificamente, o professor suéco Dan Olweus criou um programa de intervenção em escolas que é referência internacional, porém, entre outras medidas, também acentua a idéia do controle de Foucault. Esse programa tem sido implementado preventivamente em diversas escolas pelo mundo. Resumidamente, o programa tem as seguintes propostas<sup>35</sup>:

Requisitos prévios gerais: Consciência e implicação. Medidas para aplicar na escola: estudo de questionário; jornada escolar com debates sobre os problemas de agressores e vítimas; melhor vigilância durante o recreio e na hora da alimentação; zonas da escola mais atrativas; telefone para contato; reunião de pais e funcionários da escola; grupos de professores para o desenvolvimento do meio social da escola; círculos de pais. Medidas para aplicar em sala de aula: normas da classe contra agressões: clareza, elogio e sanções; reuniões de classe regulares; jogos de simulação, literatura, etc.; aprendizagem cooperativa; atividades de classe comuns positivas; reuniões de professores, pais e alunos da classe. Medidas individuais: falar seriamente com agressores e vítimas; falar seriamente com os pais dos

<sup>35</sup> Em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/17198/a-responsabilidade-civil-nos-casos-de-bullying-entre-estudantes-segundo-a-legislacao-brasileira/2>, acesso em 09.08.2011.

envolvidos; uso de criatividade por parte dos professores e pais; ajuda de alunos “neutros”; ajuda e apoio para os pais (cartilha para os pais etc.); grupos de debate para pais de agressores e vítimas; troca de turma ou de escola.

No capítulo apresentado fez-se um panorama de como a violência tem se manifestado especificamente no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula onde há a maior parte das ocorrências. Falou-se tanto em violência evidente, física ou psicológica, como também daquela violência considerada simbólica, sutil e subjetiva, a violência reiterada como o *bullying* que deixa conseqüências indelévels ao longo da vida da pessoa, culminando em atos de vingança. Retomando os conceitos de Arendt, foram elencadas formas extremas de poder, que é o caso de ‘Todos contra Um’, bem como a forma extrema de violência, que é a de ‘Um contra todos’.

Após termos apresentado as diversas noções de violência e de como esta se apresenta no espaço de sala de aula, bem como da posição da escola e do profissional da educação diante desse fenômeno, e algumas medidas que podem ser tomadas para dirimir a situação, cabe voltarmos nossa reflexão para o ato de educar, entendido esse como agir político segundo Rios, e demais delineamentos filosóficos pautados na obra de Hannah Arendt.

### 3 EDUCAR COMO AGIR POLÍTICO: REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA SALA DE AULA – POSSÍVEIS DELINEAMENTOS FILOSÓFICOS

Não se pode dissociar o ato de educar da ação política. Dessa forma, entender o ato de educar é necessariamente pensar na função política da educação, numa ação política planejada que requer um querer político, a consciência da necessidade e a ampliação da margem de liberdade, que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo<sup>36</sup>. Em ‘A crise na Educação’<sup>37</sup>, Hannah Arendt já apontava uma crise geral, que se estendia também ao âmbito da educação. Esse texto deve servir de ponte para outras reflexões em outros textos da autora, como ‘A condição humana’ e ‘Sobre a violência’. A partir de seus pensamentos sobre a ação/ agir político e o binômio/paralelo poder-violência, pode ser possível a compreensão do âmbito escolar no qual se manifesta a violência nas suas mais variadas formas.

#### 3.1 A CRISE NA EDUCAÇÃO E A CONDIÇÃO HUMANA

Hannah Arendt (1957) aponta a crise na educação num momento histórico específico da América do Norte, que ela define como um país de imigrantes que aceitou toda uma geração de refugiados após a Segunda Guerra mundial. Apesar desse contexto bem definido, a autora coloca que nada impede que a crise também se verifique em outros países de forma particular. A crise na educação é por ela apontada como problema político (ARENDT, 2009, p. 222). Questiona-se se vivemos no Brasil do presente essa crise já há algumas décadas evidenciada nos Estados Unidos, pois como afirma a autora, qualquer coisa que seja possível num país, também pode se efetivar em outro num futuro previsível. As similaridades entre os dois países são patentes, primeiramente por serem países de proporções continentais e formados por imigrantes. Apesar de a política de assimilação cultural nos dois países (no Brasil a era Vargas) já ter sido relativamente suplantada, não há

<sup>36</sup> Em <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>, acesso em 16.08.2011.

<sup>37</sup> “The crisis of Education” foi pela primeira vez publicado na *Partisan Review*, 25, 4 (1957), pp. 493-513. A versão alemã está publicada em *Fragwürdige Traditionsbestände im Politischen Denken der Gegenwart*, Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt, 1957.



como negar que a crise na educação atinge fortemente o Brasil atual, e não deixa de ser um fenômeno político que deveria ser tratado seriamente pelos interessados.

Nos Estados Unidos a busca por uma nova ordem implicava na eliminação da pobreza e da opressão, e a recepção dos novos (lá os filhos de imigrantes) se daria através da educação como atividade política. Arendt contesta, porém, essa tentativa, pois a política é para adultos, que ela pressupõe já estejam educados. Qualquer um que queira educar adultos fará um simulacro da educação, pois o objetivo real seria então a ‘coerção sem o uso da força’, para tolher justamente a atividade política. Mas a educação não é força nem coerção, e, em sua opinião, nem persuasão (ARENDT, 2009, p. 225).

Por sua vez, o mundo dos adultos não tem condições de apresentar algo novo às crianças, através da educação, pois cada geração se torna um mundo antigo e querer mostrar o novo implica em arrancar das crianças sua própria oportunidade face ao novo (ARENDT, 2009, p. 226). O que se tem é um mundo antigo construído por pessoas velhas e pelos mortos. Na América, a tentativa de se implantar uma educação progressista, promovendo uma revolução no sistema educacional, acabou por derrubar completamente todas as tradições e métodos até então estabelecidos de ensino e aprendizagem. Isso só poderia estar fadado ao fracasso, com a falência do bom senso, segundo a autora.

Outra coisa em comum entre nosso país e a América, que fica evidente no texto: há uma sociedade de massa, e conceber uma educação para essa massa<sup>38</sup> significa que se deve alcançar a todos indiscriminadamente. Nesse sentido a idéia não é privilegiar os melhores e mais esforçados, ou que apresentam uma vontade, como seria em um sistema meritocrático, mas fazer com que os ‘melhores’ sejam freados ou até mesmo tolhidos para que toda a massa de alunos possa ser impulsionada. Não se tem uma educação de elite nas escolas públicas, e sim, um achatamento do conhecimento para alcançarmos o que chamaríamos de o ‘homem mediano’, que está muito aquém de qualquer padrão de um país educacionalmente desenvolvido. Também são países ainda considerados jovens, distantes do Velho Mundo europeu, e que muitas vezes aceitam qualquer nova teoria educacional de forma ‘servil e indiscriminadamente’. O que também agravou a crise, aponta a

---

<sup>38</sup> Segundo Dubet, a escola democrática de massa não conseguiu cumprir o seu pressuposto, ou melhor, continuou reproduzindo os arbitrários culturais existentes na sociedade capitalista, em <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/desigualdade-e-meritocracia-escolar-1997270.html>, acesso em 16.08.2011.

filósofa, é o conceito de igualdade, entendida como igualdade de oportunidades, com o nivelamento das distinções de classe. Diferentemente da meritocracia, adotada na Inglaterra, que deve privilegiar o talento e o esforço, distinguir crianças mais ou menos dotadas não condiz com a idéia de democracia nos moldes americanos. E o pretendido nivelamento<sup>39</sup> dos alunos só pode ser alcançado à custa da autoridade do professor.

Mas como vimos, a autoridade do professor está em crise e o aumento das violências no âmbito escolar evidencia isso. O professor se sente incapacitado quando quer fazer valer sua autoridade de exigir dos alunos uma ação, de fazer ou não fazer, e isso remete o aluno à tirania do grupo, que é pior do que o autoritarismo do professor. Dentro dessa pressão, os alunos abandonados à sua própria sorte tendem a reagir com conformismo ou são levados à delinqüência juvenil, como afirma a autora (ARENDT, 2009, p. 231).

Outro aspecto apontado pela autora, e que justifica a perda de autoridade do professor, é seu despreparo, o desconhecimento de sua própria matéria, ocasionado por uma pedagogia de ensino geral, ou seja, o professor pode ensinar praticamente tudo. Com isso houve uma negligência da própria formação do professor, de forma que os alunos são abandonados aos seus próprios recursos ou sorte. A autora aponta como a fonte legítima da autoridade do professor seu próprio conhecimento, e com a má formação essa autoridade deixou de ser eficaz (ARENDT, 2009, p. 231), ou ela é até mesmo inexistente. Assim, o professor deixa de acreditar na sua própria autoridade, e passa a ser autoritário usando métodos de compulsão para obrigar os alunos. No âmbito dos alunos, o conhecimento foi sendo substituído pelo fazer, pela mera habilidade, o tecnicismo. O trabalho passou a ser entendido como brinquedo, para incentivar a iniciativa lúdica da criança e sua autonomia, mas acabando por causar a própria exclusão do mundo dos adultos. Esse pragmatismo no sentido de respeitar a independência da criança levou à absolutização do mundo da criança em detrimento da consciência de que a infância é só uma fase, uma passagem ao mundo adulto.

No outro pólo, uma vez vendo essa crise alastrada na educação, houve a tentativa contrária e desesperada de se querer conduzir a educação de novo com

---

<sup>39</sup> Entende-se o nivelamento como a otimização do conhecimento e da aprendizagem com o fim de suprir possíveis lacunas e déficit escolar, que têm relação direta com a formação anterior ou com um eventual período de afastamento da realidade escolar, em <http://www.uniabeu.edu.br/index.php?p=pronid>, acesso em 09.08.2011.

autoridade, o trabalho sério deveria ser retomado. Isso tem conseqüências para o professor: finalmente ele tem que aprender algo, deixar de ser negligente com os alunos, também deve haver uma total reformulação de currículo. De toda forma essa crise na educação deve nos fazer refletir sobre o papel que a educação ainda exerce em nossa sociedade: ela está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana (ARENDT, 2009, p. 234.). Também é uma atividade que se renova continuamente através da vinda dos novos seres/alunos. A criança é a nova criatura em transformação e constante formação.

A perda de autoridade do professor pode ser um fator determinante para as manifestações de violência no espaço de aula, espaço de atuação do professor e de sua convivência com os alunos, e destes entre si. Aqueles – os professores – que devem assumir a responsabilidade pelo mundo, como coloca Arendt, se recusam a assumi-la (ARENDT, 2009, p. 240). Essa posição de inércia do educador se revela também diante da violência nas suas várias manifestações, de alunos entre si e desses contra o professor no espaço escolar, não raras as vezes também do professor contra o aluno, segundo a máxima: a violência inicia onde os argumentos terminam.

Segundo Arendt, um dos motivos dessa crise na educação é o pragmatismo, a idéia-base de que não se pode saber e compreender senão aquilo que se faz por si próprio. O que se pretende é substituir o aprender pelo fazer. O professor deve, portanto, constantemente demonstrar como se adquire esse saber (como na pedagogia: *learning by doing*), por isso deixou de ser importante que ele tenha o domínio de sua disciplina, o domínio do saber propriamente.

Outra questão premente que se coloca é a separação entre o mundo dos adultos e das crianças. Arendt critica na pedagogia pós-guerra estadunidense, nos anos 50, a distinção entre dois blocos de conhecimento: o trabalho, a substituição do aprender pelo fazer, e o jogo. Com o pretexto de se respeitar a autonomia do mundo da infância e a independência da criança e dar à infância um valor absoluto, houve a criação dos dois mundos aparentemente estanques, em que a criança mais velha deve ser mantida tanto quanto possível num nível infantil. Não se pensou que a infância é apenas uma fase transitória e representa a passagem para a fase adulta. Entendendo o caráter destrutivo dessa concepção, tentou-se uma reforma educacional, uma restauração optando-se pelo outro extremo: ‘o ensino será outra vez conduzido com autoridade’. Passou a valer, então, o trabalho sério, a partir

também da reformulação do currículo, tanto para alunos como para professores, a fim de que estes também finalmente adquirissem o conhecimento necessário para ensinar.

A questão crucial que se coloca para Arendt é: ‘que aspectos do mundo atual e da crise se revelaram efetivamente na crise da educação’, também sobre o papel que a educação desempenha em todas as civilizações. Como coloca Lebrun, o estado de adulto é baseado no fato da emancipação dos pais, já a criança precisa de ajuda ‘de outros’ para se tornar sujeito, e estes outros pertencem à geração que a precede (LEBRUN, 2008, p. 309). Arendt também afirma que não é possível educar adultos e que não se devem tratar as crianças como se adultos fossem. Qualquer pretensão de educar adultos é coerção sem uso da força, e aqueles que se propõem a isso querem, em verdade, agir como seus guardiões e afastá-los da atividade política. Razão pela qual Arendt defende que o domínio da educação deve ser radicalmente separado de outros domínios, em especial da vida política pública. Que ao domínio da educação pertencem os conceitos de autoridade e a atitude referente ao passado. Só que no mundo dos adultos isso já deixou de ter validade.

Mais especificamente em relação à atividade do professor, entendendo-se esta como ação política de tomada de decisões, pode-se fazer uma ponte entre os conceitos anteriormente tratados e a obra “A condição humana”, em que a autora faz uma genealogia do conceito de poder ao recuperar no grego arcaico a noção de *vita activa* como fundamental para o entendimento da condição humana. Para Arendt, a ação é a atividade fundamental da política. A ação, ao contrário da atividade do trabalho e seus implementos, não se presta para ser avaliada segundo categorias utilitárias. A política diz respeito à relação estabelecida entre as vontades de liderança e de liderados, ao “com” + vivência, à convivência como condição efetivada. Portanto, a política está remetida às crenças que surgem da condição de convivência, ao exercício do discurso e da persuasão. Ao contrário da ação, tudo que diz respeito ao “contra” se presta à dominação, tal como a violência, e opera no plano instrumental das atividades do trabalho e dos seus implementos. *Vita activa* denota um conjunto de atividades bem distintas: labor, trabalho e ação. Atividades caracterizadas por ser “pró”, “contra” e “com”, respectivamente. Atividades que, por isso, caracterizam as condições do que vem a ser especificamente os elementos do natural, do artificial e do humano na vida vivida em atividade. O labor é um conjunto de atividades aos quais todos os seres vivos naturalmente necessitam empreender

para simplesmente sobreviver. O trabalho é um conjunto de atividades aos quais os homens empreendem para criar seus implementos (meios, instrumentos) ou ambientes artificiais para multiplicar ou facilitar a realização dos esforços de labor para a sobrevivência. A especificidade da condição humana reside em sua distinção às condições natural e artificial. O especificamente humano transcende a sobrevivência e objetiva a convivência, algo que os antigos identificavam fundamentalmente com as atividades da ação, com as atividades políticas da vida. Sendo assim, as ações do professor são atividades políticas que podem ser distintas do labor e do trabalho como condições naturais. Ele é um edificador de mundos e coedificador de um mundo comum (ARENDT, 2007, p. 509). As ações políticas são realizadas por meio de palavras enquanto permanecem fora da esfera da violência. Como afirma a filósofa, somente a pura violência é muda, e esta jamais pode ter grandeza (ARENDT, 2010, p. 31).

### 3.2 SOBRE A VIOLÊNCIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Indubitável entender que as manifestações de violências se devem ao choque entre o velho e o novo, entre o passado e o presente, em detrimento do futuro que se busca. A investigação não pode prescindir das reflexões da autora sobre autoridade, violência, poder, força e vigor, que ela considera como fenômenos distintos (ARENDT, 2010, p. 59). Especificamente na obra ‘Sobre a Violência’ temos um delineamento desses conceitos no âmbito da política, e como não dissociamos aqui o agir pedagógico do agir político, no sentido de tomada de decisões tanto docentes como discentes, pensamos serem cabíveis as colocações da filósofa, apesar de Arendt dissociar a ação letiva da ação política quando se trata da educação de crianças.

A autora escreveu esse texto no auge dos movimentos estudantis no final da década de sessenta, que tinham um caráter global, geração que ela caracterizou como “a pura coragem, por uma surpreendente disposição para a ação e por uma confiança não menos surpreendente na possibilidade de mudança” (ARENDT, 2010, p. 31), numa era do apogeu da técnica como arma destruidora das gerações futuras. Nessa época, a violência continuava a ser basicamente uma questão de teoria ou de

retórica, situação que mudou com o movimento *Black Power* nos *campi* com sua violência verbal.

Para a autora, a violência abriga em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade (ARENDT, 2010, p. 18). Nela há uma imprevisibilidade impotente no momento em que nos aproximamos da violência. A violência e sua arbitrariedade, por se tornarem corriqueiras, têm sido negligenciadas, afirma a autora (IDEM, p. 23). Ninguém mais questiona ou examina o óbvio. Entender que a violência é um assunto fortuito, não sério nem preciso, como um fenômeno marginal, faz com que não reflitamos sobre ela.

Segundo o Relatório sobre a violência nos Estados Unidos, citados pela autora, “a força e a violência serão técnicas de controle social e persuasão bem sucedidas quando possuírem um amplo apoio popular” (ARENDT, 2010, p. 35). Quem sofre a violência sonha com ela, o oprimido sonha em se colocar uma vez no lugar do opressor. Mas a prática da violência somente não é capaz de interromper processos automáticos na esfera dos assuntos humanos (IDEM, p. 47). Esta é a função de toda ação. A violência não deve ser tomada como um fenômeno em si mesmo, tampouco como mera manifestação de poder.

Fazendo um apanhado entre os autores, a autora define *poder* como um instrumento de domínio que deve a sua existência a um instinto de dominação, e que consiste em fazer com que os outros ajam conforme minha vontade contra a sua resistência (ARENDT, 2010, p. 52). É uma força qualificada e institucionalizada ou uma violência mitigada. Hoje, através da burocracia, temos o domínio de Ninguém, em que nenhuma pessoa é tomada como responsável dentro de um sistema intrincado de departamentos. O poder pressupõe comando e obediência para se efetivar a lei. Isso pressupõe vontade: a vontade de poder e a vontade de obedecer (IDEM, p. 56). O poder sempre depende de números, já a violência pode operar sem eles, porque se assenta em implementos. A forma extrema de poder é o de ‘Todos contra Um’; a forma extrema de violência é ‘Um contra Todos’ (IDEM, p. 58).

Fato é que uma ínfima minoria desarmada não deveria poder interromper, com sucesso, por meio da violência (no caso de sala de aula, gritando e tumultuando), os procedimentos normais de ensino que é supostamente adotado por uma maioria esmagadora. O que se tem aqui é uma maioria que se recusa a usar seu poder, por ser mera observadora e, no fundo, aliada da minoria (IDEM, p. 59).

A questão política que se coloca é ‘quem domina quem’. O poder corresponde à habilidade humana para agir em concerto, nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo enquanto esse se conserva unido (IDEM, p. 60). Já o vigor designa algo no singular, uma entidade individual e tem relação com o caráter da pessoa. A força, segundo a autora, não é sinônimo de violência, e se refere à energia liberada por movimentos físicos e sociais. Mas em muitos casos o uso da força gera violência.

A autoridade, por sua vez, pode ser investida em pessoas ou no cargo, como a autoridade pessoal – no nosso caso entre aluno e professor – e que se caracteriza pelo reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam. Nesse caso não seriam necessárias a persuasão e a coerção. Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa e pelo cargo, sendo seu maior inimigo o desprezo, e o que pode miná-la é a risada (ARENDT, 2010, p. 62).

A violência se distingue por seu caráter instrumental, está mais próxima do vigor, visto que “os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural” para, por fim, substituí-lo (IDEM, p. 63). A autora ainda aponta que o poder institucionalizado em comunidades organizadas aparece freqüentemente sob a forma de autoridade, que exige reconhecimento instantâneo e inquestionável se for autêntica. É isso que faz uma sociedade funcionar. Muitas vezes há a combinação de violência e poder, na sua forma extrema, mas a autora adverte que nem por isso se deve inferir que signifiquem o mesmo.

Também não se deve confundir poder e violência. A violência pode aparecer como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais (IDEM, p. 64). Nesse sentido, e transportando as definições para nosso cotidiano, a sala de aula, o uso da violência contra um aluno, como aconteceu recentemente em que um diretor mandou vir a guarda municipal que tirou um aluno algemado da sala de aula, aponta para uma medida última e extrema para afirmar a posição de poder do diretor, colocado como autoridade pela investidura no cargo, e que estava abalada pela conduta do aluno, que no uso de seu vigor natural (maior de idade, fisicamente forte), o havia chamado de

mentiroso<sup>40</sup>. A acusação final no cumprimento da lei foi crime de desacato à autoridade e ameaça.

### 3.3 CONEXÕES E POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS

As questões chaves que se coloca para a filosofia da educação precipuamente são: que educação? Para quê? Para quem? Por quê? Apesar de alguns ideários extremos em que se prescinde da escola<sup>41</sup>, parece que nem o controle nem a destruição do aparelho do Estado podem dar conta de resolver a rede de poderes que vigora em uma sociedade (MACHADO, 2006, p. 169).

A violência, como a abordamos, aponta para uma crise de autoridade, da real autoridade perdida não se sabe se ao longo dos anos ou num ato, e sua solução não é a vingança. Nisso vamos ao encontro da primeira questão proposta: a educação que queremos é uma educação para todos e sem violência. Nem a violência entre dois seres, tampouco a violência entre muitos. A educação que se quer deve permitir o desenvolvimento do humano na sua plenitude e na medida do possível, não somente de um ideal que jamais pode ser atingido. Nisso se tem a idéia do real, daquilo que já existe, e a partir disso o novo, que avança sobre o velho, mas é também nesse calcado através da tradição e memória. Muitas formas de violência surgem porque o aluno não se sente especial, um ser em formação no ambiente escolar, e sim, parte de um ensino massificante e sem rumo. Em muitos casos, senão em geral, ele é tratado como um número e não como indivíduo, enfiado numa sala com quarenta alunos ou mais, havendo entre eles somente um mediador: o professor.

Pensando objetivamente e tendo em vista o mundo sensível, o primeiro encaminhamento para que o aluno possa se sentir humanamente tratado, e não como mera engrenagem de um sistema quase carcerário, envolve uma reestruturação de sala de aula, cujo primeiro passo seria a diminuição do número de alunos em sala, também para que o professor possa ter uma função não de mero controlador, mas de interlocutor nesse espaço, que deve ser de diálogo, até de

---

<sup>40</sup> Em <http://www.portaltudobem.com.br/noticias/em-curitiba-aluno-e-presos-e-sai-almagado-de-colegio/>, acesso em 06/06/2011.

<sup>41</sup> Como propugna Ivan Illich, com a desescolarização da sociedade, em <http://home.dpe.uevora.pt/~casimiro/cppc-semana8.pdf,a> acesso em 25/07/2011.



confrontações entre opiniões e mesmo disputas de poder. Sem essa primeira medida, de uma diminuição para no máximo trinta alunos em sala, vemos como inviável qualquer expectativa de superar a presente crise que assola a educação. Essa medida implica em enormes investimentos financeiros, porque requer ampliação de espaço físico e de contingente humano, que deve ter como fim último a realização da dignidade.

Segundo o comentário até certo ponto idealista mas não utópico do filósofo e escritor Jorge Atílio Silva Lulianelli (2010): “Querer bem um ao outro é a fórmula para superar os processos geradores da violência. Temos que ter a habilidade de criar espaços de conciliação.”

Como a conciliação é uma tarefa coletiva, há que se criar espaços nas escolas para o perdão e a conciliação. Esse espaço pode ser mesmo a sala de aula, esse ambiente tão singular onde há intensa interação entre professor e alunos e onde se concentra os maiores atos de violência. Essa conciliação deve começar pelo diálogo e o uso adequado da linguagem. Evitar ou coibir o uso de linguagem violenta ou que gera a violência pode ser um dos primeiros caminhos para se criar um ambiente mais digno de convivência. Os professores também devem superar a ideia de que os alunos deveriam já vir educados de casa, pois eles não vêm. A família está desestruturada e deixou de ser a base elementar do ensino.

Dirimir conflitos só é possível através do diálogo aberto e franco entre professor e alunos. Esse diálogo implica no reconhecimento do erro nos dois pólos, para que também se abra espaço à generosidade e ao perdão mútuo. O erro nunca é unilateral, assim como a violência tem uma dinâmica que requer dois lados, em que se tem ação e reação. O sentimento de vingança só tende a exacerbar a violência.

Os agentes devem se sentir bem em um espaço possível. Dentro de um ambiente que possibilite a compreensão das necessidades e peculiaridades do outro, do interesse recíproco e individualizado, mas não individualista, é possível alcançar uma realidade menos sofridora. A escola é para todos, mas enquanto todos se sentirem massa, uma forma homogênea sem individualidades, estaremos sempre caminhando à beira do precipício, como uma manada sem rumo à qual só resta saltar. E voltando à epígrafe do trabalho, tendo em vista também o pessimismo de Schopenhauer, que entende que a dor faz parte da vida, ao professor cabe apenas chorar.

Nesse capítulo tentamos fazer um delineamento dos principais pensamentos de Arendt sobre a educação, apontados em praticamente um único texto em que a autora aborda esse tema no contexto dos Estados Unidos, e a partir disso procuramos fazer um paralelo entre esse país e o Brasil na medida de suas similaridades. Também buscamos em outras obras o entendimento da autora sobre o que seria o poder, o vigor, a força e a violência, para podermos nos aproximar melhor de uma reflexão sobre o tema principal desse trabalho, ou seja, a violência e a crise de autoridade do professor.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a violência tem uma função sutil de enfraquecer a autoridade do professor. Pensemos numa turma de quarenta alunos em sala<sup>42</sup>, que na sua maioria se posiciona contra o professor e cujo objetivo é que este desista de dar aula, de sua função de educar. É uma maioria contra um, e nem sempre se pode contar com o apoio da diretoria escolar e do setor pedagógico para a constituição do poder, que por sua vez compõe a autoridade, como aponta Rios. Muitas vezes esse apoio deve ser buscado individualmente, ou seja, o professor-sujeito deve envidar esforços nesse sentido, porque não deve esperar que o apoio venha de forma óbvia e automática das instâncias superiores. Seu resgate de autoridade perpassa, portanto, pelo resgate de sua dignidade como profissional, mas em um sentido mais amplo como pessoa humana. A redução do número de alunos por turma implica na reflexão sobre que tipo de sujeito-professor se quer em sala. Além de essa medida demandar o aumento do número de professores, requer também condições de formação, um salário digno para além da ideia de frentes de produção, que também possibilite que a carreira seja atrativa. É indispensável que o mundo sensível seja propício para que esses elementos se efetivem, ou seja, o espaço deve ser adequado ao ensino<sup>43</sup>. A previsão de um aluno por 1,2 metro quadrado feita pelo Ministério da Educação parece não atender as exigências mínimas do tratamento do aluno como sujeito construtor de seu conhecimento. A ampliação desse espaço é requisito mínimo para ‘se sentir bem’, e de outra forma não podem ser realizados os quatro delineamentos apontados por Rios (1997): saber, querer, dever e poder.

Em relação ao problema da violência, uma solução plausível parece ser a iniciativa de ações como “Projeto Fazendo Escola” da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, desenvolvido junto aos alunos das Segundas Etapas do Ciclo I do período da manhã, em uma escola da região sul que atende uma comunidade de classe baixa. A pesquisa coordenada pela professora Maria José Domingues da Silva foi qualitativa e objetivou a valorização de condutas contrárias à violência, com

---

<sup>42</sup> Ponto positivo é que essa discussão tem voltado à tona recentemente, inclusive com o protesto de professores e aluno contra a descriteriosa e arbitrária junção de turmas e aumento dos alunos em sala nas escolas públicas no Estado do Paraná. Em Paraná TV 1ª edição do dia 11.08.11.

<sup>43</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu art. 25 afirma: Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento. Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

a promoção de ações que garantissem a reflexão e transformação das práticas entre as pessoas nele envolvidas, procurando sempre a construção do conhecimento baseado nos valores sociais adequados a uma convivência pacífica e respeitosa. A seguinte problematização foi proposta: como levar o aluno a valorizar a convivência social, sem violência, como essência para o desenvolvimento de uma prática que lhe permita contribuir com suas ações de maneira local, para garantir a conquista da cidadania no âmbito global? A necessidade de trabalhar valores como respeito, em especial nos relacionamentos interpessoais, parece essencial, visto que nesse ambiente observava-se que a relação entre os pares pautava-se na agressão física, verbal, na ameaça, na falta de compreensão e capacidade de se colocar no lugar do outro, portanto a falta de empatia, o que dificulta e traz prejuízos para o processo de ensino-aprendizado. O incentivo às atitudes de respeito às diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio em uma sociedade democrática, permite que se formem alunos aptos a atitudes de solidariedade, cooperação e que repudiam injustiças e discriminações. Apesar de termos uma relação professor-aluno desigual, hierarquicamente falando, não podemos descartar que há uma reciprocidade no aprendizado, pois o professor também deve aprender com o aluno, considerando-se que cada aluno é um mundo, uma universalidade em si, concentrada no indivíduo, e aqui nos opomos à ideia de Ricoeur (1993, p. 74), que crê na reciprocidade somente entre mestres. Não discordamos de que há essa instância, mas o aluno deve ensejar no professor um constante repensar de sua prática.

Mas o que temos na escola, em geral, e por isso ela não atende aos interesses, é a massificação dos alunos, e não sua consideração como indivíduo. Eles são tratados de forma pragmática em um mundo dominado pela técnica, como elementos de uma engrenagem, e não como sujeitos da essência (do ser e do ser ai: Sein e Dasein). Vivemos um momento de descontrole, de indisciplina, de revolta, do afrontamento da autoridade do professor. A escola não tem dado conta de tratar os alunos como ser na sua subjetividade. Essa questão perpassa por uma reestruturação do sistema escolar, com destinação de verbas também para que se reduzam as turmas (para no máximo trinta alunos por sala, segundo uma proposta

do ensino inglês, e em que se teria o ensino de línguas como modelo<sup>44</sup>) para que o professor possa contribuir e atuar com maior afeto e efetividade, tendo em vista o resgate de sua autoridade, que não está mais posta como se entendia na época de Hannah Arendt, mas que deve ser conquistada dentro de um processo contínuo. Perpassa a formação, mas também a humanização, em detrimento de meras técnicas de ensino numa pedagogia generalizante. O neoliberalismo quer um ensino voltado a resultados, produção e consumo. O que se tem então é a deficiência na relação entre sujeitos (Habermas), não de sujeito para objeto ou mesmo entre objetos. A questão da perda da autoridade do professor se refere à sua coisificação como profissional, que deixa de ser 'ser' e passa a ser 'ente'. O professor coisificado também transfere isso ao aluno, o coisifica e não o considera mais em sua subjetividade, como pessoas que necessitam de proteção, respeito e formação, mas que também devem se emancipar. A escola hoje só inclui, não emancipa, e é um fator gerador de violências devido à banalização do ensino institucionalizado.

De toda forma a mudança só pode começar a partir de uma ideia, e que essa ideia privilegie a educação, portanto, uma política pública que coloque a prioridade na educação, que deve permanecer pública e não entregue a grupos corporativistas que defendem interesses privados. Entenda-se a política pública como fórum amplo de discussão nas diversas instâncias, pois o poder nunca é individual, mas a reflexão individual também pode fazer diferença. E a discussão deve chegar a instâncias superiores. É uma questão ideológica de mudança de valores, de entender o que é importante para uma reestruturação social que perpassa a educação. Mais especificamente em sala de aula há que se resgatar a confiança entre os sujeitos envolvidos, em detrimento do excesso de controle, vigilância e punição. Numa sociedade plural, há que se perceber as diferenças, o outro na sua singularidade e individualidade. Adquirir essa consciência é tarefa de cada um, de cada professor individualmente e entre os pares.

Há quem diga que as questões institucionais da educação, como número de alunos em sala, estrutura precária, falta de material, má formação do professor no sentido do déficit de conteúdo não teriam uma relação direta com as violências praticadas em sala. Entretanto, isso depende do que entendemos por violência e do que pensamos sobre o espaço ideal de ação. O presente trabalho tentou abranger

---

<sup>44</sup> Segundo instrução normativa do Celem 019/2008, prevê-se um mínimo de 20 e máximo de 30 alunos por turma nas escolas públicas para o ensino de línguas.

alguns conceitos e, na nossa visão, qualquer má condição que afronte ou dificulte a convivência entre sujeitos é uma forma de violência, ou fator para seu desencadeamento.

O enfrentamento da violência e sua possível atenuação, como procuramos apresentar, só pode se dar através do resgate da autoridade do professor, como sujeito ativo e político no espaço 'escola'. Além da melhoria de suas condições no meio ambiente do trabalho, o professor deve buscar a realização dos quatro itens apontados por Rios, a bem dizer: saber, querer, dever e poder. Isso implica uma consciência pessoal de sua qualificação, de sua responsabilidade pelo delineamento do mundo, de sua não colocação como 'autista', alheio aos outros ao seu redor, da busca pelo diálogo nas diversas instâncias que envolvem a escola, mas também para além dela, na comunidade em que está inserida.

Somente assim se poderá concretizar o que todos os profissionais da área almejam: respeito, sem que se tenha que implorar ou usar de meios coercitivos para alcançá-lo. O respeito implica uma conscientização de si e dos outros, primeiro no âmbito subjetivo e de foro íntimo, depois objetivo, sendo que ele somente se efetiva de forma mútua. Assim que o professor, como construtor de seu mundo e consciente de si e de suas práticas, deve tomar a iniciativa de demonstrar esse entendimento e não esperar que o respeito se efetive primeiramente no âmbito externo, para depois ser internalizado. Isso implica em um autoconhecimento, bem como consciência de suas necessidades, valores e aspirações. Atualmente defenderíamos a tese de que a superação da violência seria possível pelo estudo das artes e afinação da sensibilidade dos envolvidos no ensino, o que levaria à idéia de uma reestruturação curricular, onde a música e as artes plásticas tivessem seu devido espaço, assim como os estudos filosóficos em ambiente propício e agradável.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ABRAMOVAY, Miriam, *Escola e Violência*. Brasília: UNESCO, UCB, 2001, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717por.pdf>

ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, *A crise na Educação*. Versão original em alemão acessada no site: [http://www.reinhardkahl.de/artikellesen164r\\_5.html](http://www.reinhardkahl.de/artikellesen164r_5.html), em 26.06.2010.

\_\_\_\_\_, *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_, *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_, *Sobre a violência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Uma ideologia perversa*. Folha de São Paulo, 14 de março de 1999, Caderno Mais, p. 3-5, em [http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_1\\_4.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm), acesso em 09.08.2011.

DEWEY, John. Em Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp. 194-201, Jul/Dez 2001, <http://www.curriculosemfronteiras.org/classicos/teiapple.pdf> acesso em 02.06.2011.

DOMINGUES DA SILVA, Maria José, e BAIBICH, Tania Maria, *A violência nas escolas e suas implicações para a prática pedagógica*, Dissertação de Especialização, Curitiba: UFPr, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOMES, Marcelo Magalhães, *O bullying e a responsabilidade civil do ensino privado*, em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/18907/o-bullying-e-a-responsabilidade-civil-do-estabelecimento-de-ensino-privado/2>, acesso em 09.08.2011.

HUGO, de São Vitor, *Didascálicon da arte de ler*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KANT, Immanuel. *Über Pädagogik*. Königsberg: Friedrich Theodor Rink, 1803.

KUENZER, Acacia Z. *As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando*, artigo em: Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

LEBRUN, Jean-Pierre, *Incidências da mutação do laço social sobre a educação*, in: *Violência, Paixão E Discursos*. GEDIEL, José Antonio (org.). São Paulo: [Cmc](http://www.cmc.org.br), 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LULIANELLI, Jorge Atílio Silva, entrevista concedida ao Jornal *Mundo Jovem*, Ano 48, nº 407, Junho/2010, em <http://www.mundojovem.com.br/entrevista-06-2010.php>

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MALISKA, Marcos Augusto. *O Direito à Educação e a Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. *Fala, galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

REALE, Miguel. *Teoria Tridimensional do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1994.

RICOEUR, Paul. Entrevista em *Os filósofos e a educação*. Kechikian, Anita. Lisboa: Colibri, 1993.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 1997.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio, ou, Da Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHILLING, Flávia. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Moderna, 2004.

TAILLE, Yves de La, *Autoridade na Escola*, em *Autoridade e Autonomia na escola: alternativas teóricas e praticas*. São Paulo: Summus, 1999.

VELHO, Gilberto. *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000.



Documentos:

ECA Lei nº 8.069/90 disponível em

<http://www.criancanoparlamento.org.br/sites/default/files/eca.pdf>

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO LDB Nº 9.394/96, disponível em

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, disponível em

[http://www.unicap.br/catedradomhelder/pdf/plano\\_educDH.pdf](http://www.unicap.br/catedradomhelder/pdf/plano_educDH.pdf)

Periódicos:

Jornal Nota 10, Ano 09, abril de 2011, nº 90.

Mundo Jovem, Ano 48, Nº 407, Junho/2010, disponível em

<http://www.mundojovem.com.br/>

## APÊNDICE

Respostas à indagação sobre o conceito de violência coletadas na Semana de Pedagogia: XXIII SEPE e VI SEMANA DE PEDAGOGIA, realizada de 8 a 11 de junho de 2011 na UFPr.

### Envolvendo valores e família:

“A violência já começa em casa e dessa forma vem para a escola. Crianças agressivas que não respeitam os pais, imagine se eles vão respeitar o professor”.

“Falta de valores mais a ausência da família: violência > consequência > baixa auto-estima > produção: zero.”

“É a falta de pré-requisitos (valores) básicos que deveriam ser dados na família para que se possa, na sala de aula, transmitir o conhecimento científico. Creio que isso engloba todas as violências existentes na sala de aula (indisciplina, desrespeito, drogas, bullying, homofobia, descrença na escola, falta de reconhecimento na pessoa do professor, falta de autonomia, miséria, falta de oportunidades.”

### Em relação ao espaço ‘escola’:

“Mais de 30 alunos por sala de aula é um estupro emocional. O excesso de indivíduos com que se precisa travar e equilibrar relações é exaustivo e extenuante, desgastante.”

“Perder seu espaço, ser desrespeitado (fisicamente e psicologicamente) e viver em profunda insegurança.”

### Envolvendo violência física ou verbal, também em relação à carreira de professor, questionando sua autoridade e conhecimento:

“Violência, em sentido mais amplo, é qualquer manifestação (sejam palavras, atitudes, olhar) de imposição, sem respeito ao outro, ou seja, é uma autoridade excessiva, sem limites.”

“Quando um professor ameaça os alunos dizendo que irá abaixar as notas. Quando o professor manda um aluno calar a boca, grita com ele. Quando um aluno ameaça bater no professor fora da escola.”

“O aluno ao debochar (do professor), é uma forma de violência em sala de aula, e vice-versa. O professor pode elogiar ou enaltecer um aluno ou um grupo de alunos, de forma a desvalorizar outro aluno ou grupo. O tom de voz utilizado pelo professor ou gestor em relação ao aluno pode ser agressivo e debochado, desmerecendo assim o aluno. violência de assédio moral dos gestores com os docentes e discentes. O empreguismo na escola (chegando até ao nepotismo).”

“Além de a violência estar generalizada e muito divulgada pela mídia em todos os níveis sociais e independentemente da faixa etária, acontece em sala de aula muitas vezes pela desqualificação do professor. O aluno em determinados aspectos tem maior conhecimento do que o professor e sente-se mais “poderoso” do que ele.”

“Falta de respeito em atitude e palavras. Desrespeito ao trabalho (desvalorização).”

“Desrespeito ao que o outro acredita. Utilização da detenção do poder para a repressão do outro. Falta de conhecimento, falta de capacidade, falta de domínio do seu dever. Esquecimento da compaixão.”

“A carreira docente é muito longa na escola básica. O período que permanecemos em sala de aula é muito longo para um trabalho tão intenso, por aproximadamente três décadas.”

### Em relação à violência simbólica:

“A violência simbólica sofrida pelo professor por parte da sociedade: o fracasso da escola é tido como o fracasso do professor.”

“Violência simbólica é às vezes muito aparente.”

“Violência simbólica: silencia o desrespeito ao outro.”

“A maior violência existente na escola é a psicológica.”

“Violência vai além da agressão física, ela pode ser verbal ou simbólica. É todo e qualquer tipo de falta de respeito ao próximo e à sua posição na sociedade, como ser humano. A agressão verbal se dá não só para com o professor, mas entre os próprios alunos e até mesmo dentro de sua família. O conceito de violência é amplo.”

“A violência em sala de aula, eu acredito, pode ocorrer de maneiras bem diferenciadas, ou seja, a violência física é a mais fácil de observar e de intervir, pois ela está estampada. Já a violência simbólica, ela não é mostrada, mas é sentida e pode trazer mais problemas do que a violência física, uma vez que ela acontece continuamente e pode ser discretamente, dificultando a observação por parte do educador e muitas vezes até mesmo por parte da pessoa que sofre a violência. Esse fato pode levar à descrença do professor, pedagogo e responsáveis de que ela ocorra de fato. Não podemos esquecer que a violência pode ocorrer de aluno para professor, aluno para aluno e professor para aluno.”